



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

ALANA CRISTINA DOS SANTOS MORAIS NUNES

**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS: MAPEAMENTO DO
EFETIVO DA PMTO E O *DÉFICIT* EXISTENTE**

Palmas, TO
2024

ALANA CRISTINA DOS SANTOS MORAIS NUNES

**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS: MAPEAMENTO DO
EFETIVO DA PMTO E O *DÉFICIT* EXISTENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como requisito à obtenção do grau de Mestre (a) em Administração Pública.

Orientadora: Dra. Darlene Teixeira Castro

Palmas, TO
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

N972p Nunes, Alana Cristina dos Santos Moraes.
 POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS: MAPEAMENTO
 DO EFETIVO DA PMTO E O DÉFICIT EXISTENTE. / Alana Cristina
 dos Santos Moraes Nunes. – Palmas, TO, 2024.

73 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do
Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-
Graduação (Mestrado) Profissional em Administração Pública em Rede
Nacional (PROFIAP), 2024.

Orientadora : Darlene Teixeira Castro

1. Gestão de pessoas. 2. Polícia Militar do Estado do Tocantins -
PMTO. 3. Políticas Públicas de Segurança. 4. Segurança Pública. I.
Título

CDD 658

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde
que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha
catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

ALANA CRISTINA DOS SANTOS MORAIS NUNES

**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS: MAPEAMENTO DO
EFETIVO DA PMTO E O *DÉFICIT* EXISTENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública. Foi avaliada para a obtenção do título de Mestra em Administração Pública e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Darlene Teixeira Castro - UFT
Orientadora e presidente da Banca

Prof. Dr. Gilberto Venâncio Luiz - UFV
Avaliador Externo

Prof. Dr. Flávio Augustus da Mota Pacheco - UFT
Avaliador Interno

Prof^a. Dr^a. Alessandra Ruita Santos Czapski - UNITINS
Avaliadora Externa Convidada

Palmas, TO
2024

Ao meu querido tio, Claudemar Moura dos Santos *in memoriam*, que foi meu maior incentivador na busca do conhecimento acadêmico como forma de crescimento pessoal e social.

AGRADECIMENTO

No percurso de escrita dessa dissertação, contei com a ajuda de muitas pessoas, seja para conseguir informações necessárias à pesquisa, seja para incentivo e reconhecimento da importância desse tema.

Por isso, agradeço primeiramente a Deus, por me fazer acreditar que sou capaz e que posso vencer os desafios que me propor a realizar.

Em seguida, a todos os professores que me ajudaram a assimilar o conhecimento ofertado nesses dois anos de mestrado, a coordenação do curso, aos colegas e, em especial, a minha orientadora Profa Dra Darlene Teixeira Castro que, além de uma professora e orientadora dedicada, é também uma pessoa inspiradora, a qual me motivou muito em todo esse processo de aprendizado e pesquisa.

Agradeço muito ao comando da Polícia Militar do Estado do Tocantins, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Comandante Geral Coronel Barbosa, que autorizou a realização da minha pesquisa científica na PMTO, demonstrando sua preocupação em buscar soluções para os problemas enfrentados pela instituição, de forma técnica.

Agradeço a minha família: meu esposo, pelo apoio e contribuições nas nossas discussões sobre o tema, as quais sempre me deram outras perspectivas e visões sobre o assunto; meu filho, pela paciência em todas as vezes que teve que me acompanhar nas aulas, bem como pelas ausências no decorrer desses dois anos de curso; minha mãe e minha irmã, por sempre acreditarem que sou capaz de qualquer coisa, mesmo quando, às vezes, até eu duvido da minha capacidade.

As minhas amigas que sempre são presentes, me apoiam e me ajudam a relaxar e mudar o foco nos momentos de demasiados estresses enfrentados.

Aos diversos colegas e amigos policiais militares, que contribuem diuturnamente para segurança pública do nosso estado do Tocantins, que dedicam suas vidas a tornar o nosso estado um lugar seguro para vivermos.

Muito obrigada!

“Segurança pública, educação e saúde são os postes que iluminam uma nação que pretende caminhar para o desenvolvimento”

Léo da Silva Alves (s/d)

RESUMO

A segurança pública é um dos pilares da sociedade de uma nação, garantindo a ordem, a segurança e o bem-estar de todos os cidadãos, sendo, pois, um direito básico de todos. Diante disso, essa dissertação é proposta a partir do seguinte objetivo geral: analisar os processos de inclusão de pessoas da Polícia Militar do Tocantins (PMTO), em contraponto à quantidade de PM que passam para reserva remunerada e do déficit existente. Este objetivo, por sua vez, dá margem à seguinte problemática de investigação: *De que forma os processos de inclusão de pessoas da PMTO, em contraponto à quantidade de PM que passam para reserva remunerada e do déficit existente, aponta para a necessidade da elaboração de uma proposta de inclusão continuada de pessoas?* Para responder a esta indagação, mobilizamos uma fundamentação teórica desenvolvida a partir da interface entre Políticas Públicas de Segurança (PPS) e Gestão de Pessoas (GP), uma vez que são saberes teóricos que problematizam aspectos ligados às demandas públicas de segurança em vários âmbitos. A metodologia utilizada é de natureza documental, pois analisamos documentos públicos que evidenciam o déficit no quantitativo de efetivo da PMTO, possibilitando as discussões travadas nesta dissertação. A pesquisa revela que a PMTO, desde a aprovação do Quadro de Organização e Distribuição (QOD), sempre apresentou um quantitativo bem abaixo do número proposto pelas PPS do Estado, emergindo disso a necessidade de propostas de inclusão de pessoas para aumentar esse quadro efetivo e, com isso, minimizar os problemas de segurança que tem afetado a referida unidade federativa.

Palavras-chave: Gestão de Pessoas. Polícia Militar do Tocantins. Políticas Públicas de Segurança.

ABSTRACT

Public security is one of the pillars of a nation's society, guaranteeing order, security and well-being for all citizens, and is therefore a basic right for all. In view of this, this dissertation is proposed based on the following general objective: to analyze the processes of inclusion of people from the Tocantins Military Police (TOMP), in contrast to the number of PM who are transferred to the paid reserve and the existing deficit. This objective, in turn, gives rise to the following research problem: How do the processes of inclusion of people from the TOMP, as opposed to the number of PMs who are transferred to the paid reserve and the existing deficit, point to the need to prepare a proposal for continued inclusion of people? To answer this question, we mobilize a theoretical foundation developed from the interface between Public Security Policies (PSP) and People Management (PM), since they are theoretical knowledge that problematize aspects linked to public security demands in various areas. The methodology used is of a documentary nature, as we analyzed public documents that highlight the deficit in the number of TOMP personnel, enabling the discussions held in this dissertation. The research reveals that the TOMP, since the approval of the Organization and Distribution Framework (ODF), has always presented a quantity well below the number proposed by the State's PSP, emerging from this the need for proposals for the inclusion of people to increase this effective and, thereby, minimizing the security problems that have affected the aforementioned federative unit.

Keywords: People Management. Tocantins Military Police. Public Security Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Relação entre o acadêmico, o científico e o social na pesquisa	22
Figura 2 - Sistematização das PPS	28
Figura 3 - Relação entre PPS e GP	30
Figura 4 - Mapa do Estado do Tocantins conforme Plano de Articulação PMTO 2024	36
Figura 5 - Atuação do efetivo da PM	39
Figura 6 - Mapeamento de efetivo da PM	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Requisitos para PM	40
Quadro 2 - Critérios para pesquisa bibliográfica	51
Quadro 3 - Articulações entre abordagem e investigação	53
Quadro 4 - Critérios e suas justificativas	54
Quadro 5 - Comparação dos efetivos	64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Efetivo da PMMG (2004-2022)	57
Gráfico 2 - Efetivo da PMGO (2004-2022)	58
Gráfico 3 - Efetivo da PMESP (2004-2022)	59
Gráfico 4 - Efetivo da PMSC (2004-2022)	60
Gráfico 5 - Efetivo da PMRO (2004-2022)	61
Gráfico 6 - Efetivo da PMBA (2004-2022)	62
Gráfico 7 - Efetivo da PMTO (2004-2022)	63

LISTA DE SIGLAS

CF - Constituição Federal

CAO - Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

CFO - Curso de Formação de Oficiais

CFSD - Curso de Formação de Soldados

CRP - Comandos Regionais de Policiamento

CFO - Curso de Formação de Oficiais

DGP - Diretoria de Gestão Profissional

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

EMT - Estatuto dos Militares Tocantinenses

GP - Gestão Pública

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MBA - *Master of Business Administration*

PROFIAP/UFT - Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional da Universidade Federal do Tocantins

PM - Polícia Militar

PMBA - Polícia Militar da Bahia

PMGO - Polícia Militar de Goiás

PMMG - Polícia Militar de Minas Gerais

PMRO - Polícia Militar de Rondônia

PMSC - Polícia Militar de Santa Catarina

PMESP - Polícia Militar de São Paulo

PMTO - Polícia Militar do Estado do Tocantins

PPS - Políticas Públicas de Segurança

QOD - Quadro de Organização e Distribuição do Efetivo

UFT - Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

MEMORIAL	15
INTRODUÇÃO	17
JUSTIFICATIVA	21
OBJETIVOS	24
Objetivo Geral	24
Objetivos Específicos	24
ORGANIZAÇÃO DO CAPÍTULOS	24
CAPÍTULO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA NO BRASIL	26
1.1 Principais Conceitos	27
1.2 Políticas Públicas de Segurança e a Polícia Militar	29
1.3 O Efetivo da PMTO	32
1.3.1 <i>Descrição do Estado do Tocantins</i>	34
CAPÍTULO 2: INGRESSO DO EFETIVO NA POLÍCIA MILITAR	38
2.1 Funcionamento do Ingresso do Efetivo	38
2.2 Seleção de Policiais Militares em Minas Gerais	40
2.3 Seleção de Policiais Militares em Goiás	41
2.4 Seleção de Policiais Militares em São Paulo	42
2.5 Seleção de Policiais Militares em Santa Catarina	43
2.6 Seleção de Policiais Militares em Rondônia	44
2.7 Seleção de Policiais Militares na Bahia	45
2.8 Seleção de Policiais Militares no Tocantins	46
CAPÍTULO 3: PERCURSO METODOLÓGICO	50
3.1 Tipo de Pesquisa	50
3.2 Abordagem de Pesquisa	52
3.3 Técnica de Pesquisa	53
3.4 Critérios de Seleção dos Dados	54
CAPÍTULO 4: RESULTADOS E DISCUSSÃO	56

4.1 Minas Gerais	56
4.2 Goiás	57
4.3 São Paulo	58
4.4 Santa Catarina	59
4.5 Rondônia	60
4.6 Bahia	61
4.7 Tocantins	62
4.8 Comparando o Efetivo	63
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 65
 REFERÊNCIAS	 66
 ANEXO	 70
 RELATÓRIO TÉCNICO	 71

MEMORIAL

O ingresso na universidade foi e ainda é um sonho para muitos jovens e vem carregado de expectativas de melhoria de vida para si e suas famílias. Comigo não foi diferente. Ingressei no Curso de Administração da Universidade Federal do Tocantins (UFT) em 2003, então com 19 anos, e logo em seguida fui aprovada no concurso da PMTO, ingressando na instituição em fevereiro de 2004, e depois para oficial, ingressando no Curso de Formação de Oficiais - CFO em 2007 me formando Aspirante a Oficial em 2010, com o título de bacharela em Segurança Pública.

Devido à carreira profissional repleta de peculiaridades, a formação acadêmica foi cheia de pausas entre os cursos de formação militares e as transferências para o interior do estado consegui me formar apenas em 2013.

Em ambas as graduações, escrevi nos meus trabalhos de conclusão de curso sobre “A influência do estresse na qualidade de vida do policial militar” um na monografia outra em formato de Artigo Científico.

Ainda nos cursos tanto de Administração quanto no Curso de Formação de Oficiais (CFO), sempre tive interesse e afinidade com os temas voltados para Gestão de Pessoas e Planejamento. E profissionalmente todas as funções que exerci na PMTO, foram relacionadas a gestão de pessoas.

A partir dessas vivências profissionais segui buscando conhecimentos que me tornassem uma melhor gestora das pessoas, com quem estivesse encarregada de trabalhar.

A PMTO proporcionou uma Especialização em Docência do Ensino Superior, com o objetivo de formar os oficiais da instituição para serem capazes de ministrar aulas e treinamentos diversos quando requeridos. Na oportunidade, nosso trabalho de conclusão de curso foi sobre a utilização de Ensino a Distância nos cursos de aperfeiçoamentos da instituição, na época ainda pouco utilizado.

Seguindo no meu desejo de avançar na vida acadêmica e na gestão de pessoas cursei também o *Master of Business Administration* (MBA) em Liderança e Formação de Gestores da UFT e paralelamente no âmbito da PMTO frequentei o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), nos respectivos trabalhos de conclusão de curso discuti sobre a avaliação periódica de desempenho da PMTO – APED. Respectivamente sobre a necessidade de se implementar um feedback nesse

processo de avaliação, e em seguida na proposição de um plano de desenvolvimento que proponha o saneamento dos pontos de melhoria identificados.

Após finalizar o MBA e o CAO, quis continuar minha jornada acadêmica com o mestrado, mas tinha muito claro que não queria fazer qualquer mestrado, tinha do desejo de fazer um na área da Administração ou Gestão de Pessoas. Quando soube do início do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional da Universidade Federal do Tocantins (PROFIAP/UFT) e logo fiz o processo necessário para ingressar no mesmo.

De forma coerente, quis continuar meus estudos voltados para as pessoas, o público interno da instituição a qual pertencço PMTO, e na minha concepção o número do efetivo muito abaixo do ideal é algo muito preocupante e relevante, pois para além das consequências externas na área da segurança pública, temos também consequências internas, como sobrecarga de trabalho, aumento do estresse e em nível mais grave adoecimento do efetivo. Para fins da dissertação inicialmente quis me ater aos fatores externos como uma forma de sensibilização para essa carência, e proposição de uma metodologia para sanar esse déficit a longo prazo, mas no futuro, talvez em minha tese, possa me aprofundar nas consequências dessa sobrecarga na saúde, qualidade de vida e longevidade dos policiais militares do Tocantins.

INTRODUÇÃO

Ter acesso à segurança pública é um direito de todo cidadão garantido em lei. Nesse caso, o bem-estar social deve ser de natureza coletiva, ou seja, parece se sobrepor à percepção individual. Em outras palavras, ter acesso a uma sociedade com o mínimo de segurança é um direito humano garantido constitucionalmente, partindo do princípio de que é papel do Estado zelar por aspectos ligados à boa convivência em grupo, de modo a garantir segurança (Brasil, 1988).

Quando se fala em segurança pública, é importante levar em consideração as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. O referido documento advoga a favor da redução da criminalidade no cenário nacional, considerando Políticas Públicas de Segurança (PPS) aprovadas ou já implementadas. Nesse sentido, é um instrumento de grande valia no mapeamento que foi feito neste trabalho, pois possibilitou uma visão panorâmica acerca das PPS no país (Brasil, 2021).

Por outro lado, há de se levar em consideração a inversão da ideia de “direito” à segurança e de “dever” de primar pela segurança quando há referência ao papel do Estado. Assim, é válido dizer que a relação estatal com as Políticas Públicas de Segurança (PPS) é algo previsto em Lei, já que o bem-estar coletivo é um dever do Estado garantir (Mello, 2014; Olivo, 2015).

Considerando este contexto, a gestão de pessoas nas organizações torna-se tema de estudo e debate, tendo em vista que o capital humano é o componente mais importante para o alcance dos objetivos organizacionais. Diante disso, foi apresentada, no decorrer da pesquisa, uma análise dos processos utilizados na gestão de pessoas na Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO), especificamente no que diz respeito ao efetivo da instituição, uma vez que este é um componente importante nesse contexto.

Nesta pesquisa, o interesse maior recai sob as demandas da PMTO, considerando o seu quantitativo geral, bem como em cada município tocantinense. Isso, por sua vez, convida a pensar em questões de vulnerabilidade no que se refere à segurança pública, uma vez que o efetivo parece ser insuficiente nas tomadas de assistência 24h. Nesse contexto, foram feitas reflexões acerca da relação entre efetivo da PMTO e as demandas de Políticas Públicas de Segurança (PPS) que visam garantir a ordem e o bem-estar coletivo no estado.

No que se refere às informações sobre a PMTO, cabe à Diretoria de Gestão Profissional (DGP) a execução, a coordenação, a fiscalização, o acompanhamento e o controle das matérias relacionadas aos profissionais da Corporação; o assessoramento de Comissões; a identificação e a expedição da identidade funcional da Polícia Militar (PM). Compete à Diretoria de Pessoal as atividades relacionadas a administração de pessoal (militares da ativa, inativos, pensionistas e servidores civis) da PMTO.

Nesse caso, emerge a Polícia Militar (PM) como uma corporação ligada à administração pública, que tem como papel zelar pela ordem e segurança pública por meio de um policiamento ostensivo. Em outras palavras, a PM é uma representação do Estado no que compete a sua intervenção nas práticas de ordem e segurança do seio em que opera, com vistas a garantir o bem-estar social (Brasil, 1988; Tocantins, 2012; Tocantins, 2011).

De acordo com o Direito Administrativo¹, a PM enquadra-se na categoria de funcionário público, tendo seu ingresso por meio de concurso público. Nesse caso, trata-se de uma categoria com estatuto e leis próprias, que regulam sua estrutura e funcionamento junto à comunidade em geral (Olivo, 2015; Mello, 2014).

Para tanto, optou-se pela doutrina proposta Mello (2014), quando propõe o Direito Administrativo como instrumento legal no processo de disciplinarização e organização das funções administrativas dos órgãos ligados ao poder do Estado. Nesse sentido, torna-se inviável discernir os domínios do poder executivo, já que este tem seu papel intrinsecamente ligado à organização jurídica e legislativa. Essas interfaces, por sua vez, nos possibilitam intercalar a noção de Direito Administrativo e ao conjunto de jurisprudências que versam sobre o papel administrativo da PM, no cenário nacional, e da PMTO, no contexto específico do estado do Tocantins, com leis e estatuto próprios.

Quando é possível entender que o Direito Administrativo problematiza a função administrativa de pessoas e seus respectivos cargos na esfera pública governamental, parte-se do princípio de que é necessário levar em consideração a relação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, optando por essa divisão apenas para fins teóricos e metodológicos. Em outras palavras, ainda que o Direito

¹ Entende-se o Direito Administrativo como uma área do Direito Público responsável por tratar a relação entre Estado e população a partir da concepção de direitos e deveres do mesmo a partir da noção do princípio da supremacia (Olivo, 2015; Mello, 2014).

Administrativo e suas projeções estejam diretamente associadas ao Poder Executivo, como é o caso da PM, não se deve descartar a influência dos demais poderes nas tomadas de decisão do Estado, já que todos eles, de alguma forma, devem se importar com o bem-estar social em alguma instância (Olivo, 2015; Mello, 2014).

Assim como assera o Artigo 144 da Constituição Federal (CF) de 1988, o qual versa sobre a segurança pública como um direito do cidadão, a PM é o quinto órgão responsável pela viabilização e execução de PPS. Por isso, entende-se que existem delegações de poder específicas conferidas constitucionalmente à PM, que se configuram como responsabilidades intransferíveis.

Nesse contexto, a PM tem como responsabilidade zelar pela ordem pública, por meio do policiamento ostensivo, estando diretamente subordinada ao poder executivo. Por isso, cabe ao governo do estado operar, na condição de detentor do poder, organizar processos seletivos para ingresso de novos policiais, bem como de redistribuir aqueles que já constituem o bojo do efetivo atuante (Brasil, 1988; Tocantins, 2012; Tocantins, 2011).

A partir desses princípios legais, optou-se pela PMTO, corporação que assume posição protagonista de investigação científica nesta dissertação de mestrado. Entende-se que é necessário levar em consideração a dinâmica específica do estado do Tocantins para, assim, construir um percurso de descrição e análise do efetivo da PMTO. Isso porque o Tocantins se constitui como um estado jovem, em relação aos demais da federação brasileira, o que lhe permite problemas estruturais ainda pequenos no cenário nacional, em detrimento de outros estados maiores e já com um efetivo maior.

Assim como a CF, a Constituição do Estado do Tocantins (2011), comunga das ideias iluministas advindas da Europa, os quais propagam a ideologia de “liberdade, igualdade e fraternidade” como vertentes motivadoras das suas decisões político-administrativas. Em outras palavras, este modelo constitucional confere ao Estado o dever de pensar o coletivo em detrimento do particular, partindo da premissa de que o bem-estar social advém das projeções relacionais dos sujeitos engajados dentro de um determinado grupo, ou seja, do particular para o coletivo.

Nesse sentido, fica assegurado que o servidor da PMTO, no devido exercício da sua função, tendo tomado posse do cargo de policial devidamente por intermédio de concurso público, não poderá se submeter a greves e nem a sindicalizações, bem como não poderá ter filiação a quaisquer partidos políticos, tal como é definido nos

incisos 5 e 6, respectivamente, do Artigo 13 da Constituição do Estado do Tocantins. Isso garante dedicação exclusiva ao policiamento ostensivo, o que corrobora na manutenção da segurança pública tocantinense dentro das limitações permitidas pelo efetivo da PMTO (Tocantins, 2011).

Em conformidade com a Lei 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre o Estatuto da PMTO, o policial militar enquadra-se na categoria de agente público estadual, tal como prevê o Artigo 4. Em outras palavras, a PM passa a ser regido por leis próprias dentro do escopo do Direito Administrativo, que deverá regular suas funções por intermédio da sua subordinação ao Governo do Estado do Tocantins (Tocantins, 2012).

Nesse sentido, pensar no atual efetivo da PMTO é compreender as dinâmicas de Segurança Pública do estado do Tocantins, partindo da premissa de que o Quadro de Organização e Distribuição do Efetivo (QOD) da PMTO segue as orientações propostas no DECRETO nº 6.776, de 17 de abril de 2024, o qual prevê um número estimado de 9 mil policiais. Isso, por sua vez, mostra-se como algo bastante distante do que se apresenta na realidade, já que, conforme a DGP do Estado do Tocantins, o efetivo atualmente conta com 3.524 policiais (junho 2023).

Outro ponto importante a ser mencionado é o novo Plano de Articulação 2024 da PMTO, aprovado em 14 de fevereiro de 2024. Comparado ao plano de articulação de 2022, passamos de 9 (nove) para 14 batalhões - BPMs, que, anteriormente, eram companhias independentes - CIPM, um batalhão deveria ter uma estrutura e um efetivo policial maior que uma CIPM. No entanto, pelo efetivo escasso, o quantitativo não foi aumentado.

Portanto, a disjunção entre o que é proposto pelas PPS no Tocantins e o quadro de efetivo da PMTO tem por consequência municípios desassistidos em tempo integral, tendo uma vigilância pontual. Entende-se que isso colabora para sucessivas oportunidades de desamparo social, o que pode deixar a população à mercê de situações crescentes de violência.

Espera-se que este trabalho possa contribuir com as PPS do estado do Tocantins, considerando que a PMTO tem como incumbência zelar pela ordem e pela segurança coletiva do estado. Assim, o efetivo da PMTO exerce função precípua no que se refere à manutenção do bem-estar social.

Em suma, o objetivo precípua deste trabalho é analisar os processos de inclusão de pessoas da PMTO, em contraponto à quantidade de militares que passam para reserva remunerada.

JUSTIFICATIVA

A análise e melhoria contínua dos processos seleção, treinamento e inclusão de pessoas podem gerar enormes ganhos às organizações. Para que isso ocorra, é importante entender todos os processos da instituição afetos à gestão de pessoas. Quais sejam Planejamento de Recursos Humanos; Seleção e Admissão de Pessoal; Cargos, Carreira e Reconhecimento; Gestão de Desempenho; Desenvolvimento de Pessoas; Qualidade de Vida no Trabalho e Saúde Ocupacional.

Todos os anos, tem-se um quantitativo de PM que deixa o serviço ativo da instituição, por passagem para a reserva remunerada ao terem completado seu tempo de serviço. Esta redução do efetivo, por sua vez, ocorre de forma continuada e, de acordo com a data de inclusão, pode ser usada como parâmetro para o planejamento de inclusão gradual de militares, para suprirem esse déficit de pessoal. Isso é informado no Ofício n. 133/2023/DGP SAMP, de 25 de julho de 2023, ao relatar que, em 2020, quantitativo de militares transferidos para reserva remunerada foi de 206; de 203 em 2021; e de 201 em 2022.

Ocorre que se observa, por razões que fogem ao controle do comando da PMTO, um espaçamento muito grande entre os concursos na instituição, fato extremamente prejudicial à organização e à sociedade que depende a PMTO para proporcionar segurança pública à população tocaninense.

Como maior exemplo do mencionado acima, contemplou-se a realidade do efetivo da instituição hoje, que possuía, segundo a DGP, 3643 (três mil seiscentos e quarenta e três) policiais militares na ativa em janeiro de 2023 e na atualização que recebi do efetivo em junho de 2023 o quantitativo baixou para 3.524 policiais, num intervalo de apenas 05(cinco) meses. Enquanto de acordo com o QOD da PMTO, deveria ter um efetivo de 9000 (nove mil) policiais militares.

Esse déficit traz prejuízos enormes à sociedade, principalmente para as cidades menores, que ficam sem policiamento diuturnamente (Tocantins, 2012). Para se ter uma ideia, até janeiro de 2023 a PMTO tinha cerca de 69 (Sessenta e nove) destacamentos e municípios sem policiamento 24h. São destacamentos que foram

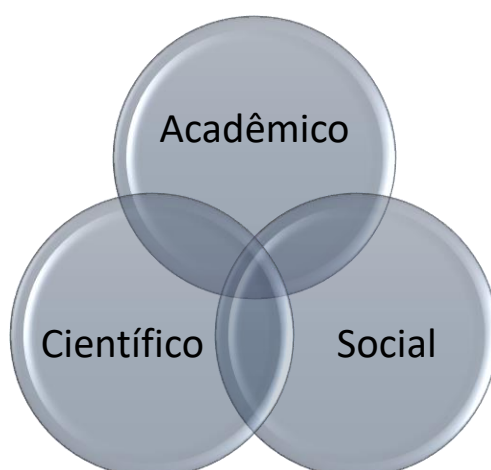
desativados e são atendidos pelo destacamento/ pelotão da cidade mais próxima, ou que contam com escalas “mancas”, que são escalas semanais incompletas onde pode não ter policiamento em algum dia da semana ou em algum período do dia/noite. Esse panorama ficou um pouco melhor após a formatura da última turma de soldados da PMTO em janeiro de 2023, no entanto, ainda longe de alcançar a cobertura ideal.

Além das consequências mais óbvias da falta de policiamento, como possível aumento da criminalidade e da sensação de insegurança da população, traz uma carga de trabalho exaustiva aos militares, os quais têm que trabalhar por um efetivo que deveria ser quase três vezes mais do que o existente na organização.

Até o momento, verifica-se as seguintes normativas que ditam, de alguma forma, os processos de gestão de pessoas no âmbito da PMTO: Lei 2578 de 20 de abril de 2012, Estatuto dos Militares Tocantinenses, que elenca os direitos e deveres dos policiais militares do Estado do Tocantins; Lei complementar 128 que trata da organização básica da PMTO; DECRETO nº 6.776, de 17 de abril de 2024. Aprova o QOD da PMTO; PORTARIA NORMATIVA N.º 002/2024– PM1 Origem: 3ª Seção do EMG - PM/3, que aprova o Plano de Articulação 2024 da PMTO.

A partir de todo esse contexto, é possível mapear alguns argumentos que justificam a importância da referida temática, considerando a seguinte tríade: i) o acadêmico; ii) o científico; iii) e o social. Este tripé, por sua vez, orienta a escolha das diretrizes investigativas, conferindo importância à pesquisa. A figura abaixo representa este movimento articulatório.

Figura 1 - Relação entre o acadêmico, o científico e o social na pesquisa



Fonte: Autoria Própria

De acordo com a Figura 1, a tríade aqui mencionada opera de maneira complementar. Em outras palavras, ainda que cada esfera seja problematizada separadamente, não se pode supor sua atuação na justificativa desta investigação de maneira dissociada. Na prática, cada esfera da imagem atua concomitantemente (Carneiro; Barbosa, 2020).

As contribuições acadêmicas locais são bastante embrionárias, não sendo, pois, suficientes para se problematizar questões tão relevantes acerca da segurança pública tocantinense. Ao se entender que as PPS devem ser, antes de tudo, um direito do cidadão, compreende-se que esta temática deva ter a atenção que merece no meio acadêmico, considerando sua utilidade pública (Chaebo; Medeiros, 2017).

Já no que compete à esfera científica, considera-se dados importantes ao entendimento da temática, os quais nos informam do delineamento de uma situação delicada no cenário da segurança pública tocantinense, sendo isso um reflexo do que vem acontecendo no Brasil. Assim, os dados extraídos de documentos públicos sobre PPS no Estado do Tocantins acabam soando como um convite a repensar aspectos mais emergenciais que envolvem o bem-estar do coletivo, considerando que muitos municípios se encontram desassistidos de segurança em tempo integral (Vieira, 2022).

No que se refere ao aspecto social da investigação, é possível mencionar as posteriores contribuições deste estudo na prática. Isso, em outras palavras, sinaliza para possíveis desdobramentos desta pesquisa na dinâmica comportamental das pessoas, bem como nos movimentos propostos pelas PPS no Estado do Tocantins. Partimos do princípio de que a mudança da prática depende, *a priori*, das discussões fomentadas pelo meio universitário, o qual tem por papel colaborar efetivamente com o bem-estar da sociedade em que opera (Rua, 2014).

Nesse sentido, entende-se que a referida proposta de investigação é de suma importância no que compete ao debate sobre a segurança pública no Tocantins. Partimos da premissa de que é necessário discutir mais acerca deste assunto, uma vez que é de interesse público, além de representar também um avanço no campo das PPS tocantinenses.

PROBLEMA DE PESQUISA

Diante de tudo isso, é pertinente propor o seguinte problema de pesquisa: *De que forma os processos de inclusão de pessoas da PMTO, em contraponto à quantidade de PM que passam para reserva remunerada e do déficit existente, aponta para a necessidade da elaboração de uma proposta de inclusão continuada de pessoas?*

OBJETIVOS

Esta pesquisa foi norteada pelos seguintes objetivos:

Objetivo Geral

Analisar os processos de inclusão de pessoas da PMTO, em contraponto à quantidade de PM que passam para reserva remunerada e do *déficit* existente.

Objetivos Específicos

- Examinar o efetivo da PMTO, no que se refere ao quantitativo de PM na ativa, bem como a quantidade necessária à realização das atividades da instituição, por meio de uma comparação do efetivo no decorrer dos anos;
- Verificar o planejamento e a periodicidade de inclusão de PM, implementados em outras polícias militares, trazendo o exemplo de uma coirmã de cada região do Brasil e como são realizados esses processos, por meio de um mapeamento feito no Anuário Brasileiro de Segurança Pública;
- Elencar os benefícios gerados à PMTO pela elaboração e implementação de uma inclusão continuada de pessoas, por intermédio de uma proposta de ingresso continuado.

ORGANIZAÇÃO DO CAPÍTULOS

Além desta *Introdução*, das *Considerações Finais* e das *Referências*, esta dissertação de mestrado é constituída pelos seguintes capítulos:

No Capítulo 1, intitulado *Políticas Públicas de Segurança no Brasil*, apresentam-se os principais conceitos sobre PM no Brasil, estabelecendo uma correlação entre o cenário nacional e o estadual, tomando como referência a realidade do quadro de efetivo.

No Capítulo 2, intitulado *Ingresso do Efetivo na Polícia Militar*, se fala sobre o funcionamento do ingresso do efetivo em alguns estados brasileiros, de maneira a colaborar no entendimento da realidade vivenciada pela PMTO. Para tanto, mobilizam-se noções de gestão, compreendendo que o efetivo de cada estado pode representar, de alguma forma, o cenário de segurança pública no país.

No Capítulo 3, intitulado *Percurso Metodológico*, caracteriza-se a construção da metodologia da pesquisa, considerando aspectos como tipo, abordagem e técnica de investigação. Além disso, descrevem-se os critérios de recorte dos dados, considerando as especificidades enfrentadas pela PMTO, ao tentar atender demandas demográficas e espaciais do Tocantins.

Por fim, no Capítulo 4, intitulado *Resultados e Discussão*, apresentam-se as descrições dos dados coletados, considerando aspectos voltados ao quadro ideal de efetivos da PMTO. Em tempo, estas projeções da pesquisa tentam atender às demandas levantadas no capítulo anterior, criadas a partir do contato com os dados coletados.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir com a comunidade acadêmica e não-acadêmica, ajudando a problematizar questões ligadas à segurança pública no estado do Tocantins. Entende-se que isso pode servir como premissa para desdobramentos de investigações futuras.

CAPÍTULO 1

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA NO BRASIL

Neste capítulo, apresenta-se um panorama teórico acerca da confluência entre as PPS e Gestão Pública (GP) como importantes aportes à compreensão do atual quadro do efetivo da PMTO. Isso porque a representação do quantitativo de PM é, na verdade, um reflexo das políticas públicas geridas pelo Estado frente às demandas coletivas acerca da segurança.

A atual conjuntura social tem se mostrado cada vez mais dinâmica. Isso, por sua vez, agrega questões de desenvolvimento² e movimentação demográfica, o que acaba demandando cuidados maiores com vista a preservar o bem-estar e a ordem coletiva. Em outros termos, com o crescimento populacional, é necessário pensar em novas estratégias de PPS, com vistas a atender aos anseios emergentes e, com isso, garantir o direito de ir e vir dos cidadãos (Beato Filho, 1999).

Nesse caso, a GP apresenta-se como ramo dos estudos de gestão com relação direta aos princípios do Direito Administrativo, que versa justamente sobre o engajamento do funcionário público em suas atividades, garantidas em lei e conferidas a partir de concurso público. Encaixa-se aqui a figura do PMTO, considerando também seu estatuto e conjunto de leis próprias que asseguram a sua atuação perante a sociedade (Carneiro; Menicucci, 2013; Oliveira, 2006).

Pensar a relação e entre PPS e GP mostra-se como algo fundamental ao entendimento das causas e consequências do efetivo do PMTO, ao considerar que este quantitativo reflete na qualidade da segurança pública tocantinense. Ao mesmo tempo, há de levar em consideração que as PPS são medidas propostas pelo Estado com vista ao que prevê a CF de 1988, bem como a Constituição do Tocantins de 2011. Nesse sentido, o efetivo da PMTO acaba sendo um recurso pessoal para zelar pela ordem coletiva, garantindo bem-estar aos cidadãos tocantinenses.

A princípio, apresenta-se uma visão panorâmica acerca dos principais conceitos das PPS, os quais se articulam às questões voltadas à gestão pública. Posteriormente, discorre-se sobre o efetivo da PMTO com vistas a ajudar no

² A definição de “desenvolvimento” adotada nesse trabalho é condizente com a proposta por Evans (2003), quando afirma que o ato de desenvolver tem mais relação com a transição organizacional e não apenas com o acúmulo de capital.

entendimento proposto nas análises, no capítulo de discussão dos dados. Por fim, apresentamos uma caracterização do estado do Tocantins, de maneira a auxiliar no entendimento do efetivo da PMTO.

Este capítulo é constituído pelas seguintes seções: *Principais Conceitos; Políticas Públicas de Segurança e a Polícia Militar; O Efetivo da PMTO e Descrição do Estado do Tocantins*.

1.4 Principais Conceitos

Nesta seção, é apresentado um panorama acerca das Políticas Públicas, com foco nas PPS, na tentativa de compreender como suas diretrizes teóricas nos ajudam ou podem nos ajudar a entender a dinâmica do efetivo da PMTO. No contexto deste trabalho, faz-se importante esta discussão, pois nos ajuda a entender como o cenário da PPS é construído no Tocantins.

A priori, entende-se que as PPS constituem um bojo investigativo que vai além da disciplina homônima. Em outras palavras, ainda que as Políticas Públicas tenham sido disciplinarizadas, para fins científicos, estas não podem ser resumidas a um componente curricular, partindo do princípio de que são, por excelência, interdisciplinares, o que vai contra a uma visão estanque sobre elas (Faria, 2003).

Ainda para Farias (2003), nos últimos anos, os estudos nesse campo investigativo têm se aprimorado e, com isso, novos desdobramentos têm ganhado corpo. Estes, por sua vez, captam os movimentos do Estado como premissas motivadoras para construções de objetos de investigação, o que nos ajuda a entender aspectos estruturais e funcionais das Políticas Públicas no Brasil.

Do ponto de vista histórico, as Políticas Públicas, especialmente a partir do século XIX, passaram a ser utilizadas como alternativas científicas para compreensão de fenômenos sociais. Isso porque os estudiosos começaram a entendê-la como ferramenta articuladora entre Estado e sociedade (Capella, 2018).

A partir disso, os desmembramentos propostos pelas Políticas Públicas passaram a se preocupar com todas as esferas dos direitos humanos, considerando os princípios básicos de sobrevivência do homem no seio social. Diante disso, formou-se então aquele que se convencionou chamar de PPS, considerando que a segurança pública é vista, em Lei, como direito do cidadão (Brasil, 1988).

A ideia de segurança pública que adotamos nesta dissertação converge com as diretrizes propostas pelo Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030. De acordo com o documento, o qual conta com periodicidade de uma década, a segurança pública tem por objetivo direcionar os princípios de gestão pública no que compete ao estabelecimento da ordem coletiva a partir do que propõe o Governo Federal (Brasil, 2021).

As estratégias organizacionais previstas no referido Plano versam sobre aspectos voltados ao papel do Estado enquanto instituição ideológica, bem como do Governo como administrador e capacitador de pessoas e de recursos. Nesse escopo, estamos nos referindo a toda a postura de gestão que perpassa as PPS no Brasil (Brasil, 2021).

Ainda de acordo com o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030, é necessário que as PPS no Brasil se baseiem em metas desenvolvidas a curto, médio e longo prazos, com foco em medidas protetivas para toda a população brasileira. Assim, investir no policiamento ostensivo é, antes de tudo, investir no bem-estar social, com foco em medidas que possam viabilizar segurança a todos os cidadãos em todo o território nacional, de modo a garantir a aplicação dos princípios constitucionais no que se referem à segurança pública (Brasil, 2021).

A partir disso, propomos a Figura 2, na qual se ilustra o processo de sistematização das PPS, com foco no Estado do Tocantins. Isso, por sua vez, pode ajudar a compreender, de maneira mais satisfatória, as demandas do efetivo da PMTO.

Figura 2 - Sistematização das PPS



Fonte: Autoria Própria

De acordo com a Figura 2, as PPS podem ser representadas em três instâncias, as quais são: CF de 1988; Constituição do Tocantins de 2011; e a PMTO.

Tais instâncias, por sua vez, são representadas de forma separada, porém apenas com fins metodológicos, pois na prática se relacionam de maneira simultânea.

A CF de 1988, em seu Artigo 144, prevê a segurança pública como um dever do Estado, considerando que o bem-estar social deve estar contido nas relações interpessoais em todos os seus domínios. Nesse sentido, é dever de cada cidadão também zelar por este princípio, já que a coletividade depende desses efeitos de colaboração.

A Constituição do Tocantins de 2011, por sua vez, parte das colaborações da Constituição Federal e, advindo de ideais iluministas, recomenda que a segurança pública seja para todos. Isso, por sua vez, confere ao Estado a disponibilização de PM ativos em todos os municípios tocaninenses, de maneira a garantir, o máximo possível, uma distribuição coerente do quadro de efetivo da PMTO.

A PMTO, por sua vez, é constituída por policiais que ingressaram na profissão por intermédio de concurso público, o que os torna funcionários públicos, ainda que regidos por leis próprias. A PMTO forma uma corporação que, uma vez subordinada ao Poder Executivo, tem como objetivo primar pela segurança do cidadão tocaninense, zelando pela ordem coletiva (Brasil, 2012).

Por fim, as três instâncias previstas na Figura 2 envolvem aspectos governamentais de Políticas Públicas em constante processo de adequação. Isso, por sua vez, coloca o Estado na condição de ator social ativo, já que os problemas públicos são redimensionados em conformidade com as demandas sociais vigentes (Capella, 2018).

Dessa forma, entende-se o Estado como regulador dessas PPS, as quais devem primar pela sistematização dessa estrutura de segurança pública, com vistas a garantir que a população tocaninense tenha o devido acesso à segurança em todos os seus municípios.

1.5 Políticas Públicas de Segurança e a Polícia Militar

Nesta seção, apresenta-se uma conversação teórica a partir da articulação entre PPS e GP, compreendendo-as como áreas do conhecimento humano pertinentes à discussão aqui travada. Isso, por sua vez, nos ajuda a entender de que maneira a GP pode colaborar para o entendimento do quadro de efetivo da PMTO.

Nos dias atuais, em que a dinâmica social tem se firmado a partir do poder do dinheiro, o interesse do trabalhador em desenvolver sua atividade profissional a partir do salário tem se mostrado cada vez mais intenso. Isso, por sua vez, revela um movimento de gestão a partir da ideia de trabalho enquanto princípio organizacional, o que se materializa a partir do olhar hierarquizador (Rua, 2014).

Nesse caso, é pertinente se pensar na sociedade enquanto contexto colaborativo em atores sociais, o que nos atenta à cooperação, ao conflito e à competição enquanto mecanismos distintos, porém inseparáveis. Portanto, entender as PPS requer problematizar estes princípios, já que os três ocorrem simultaneamente nas estruturais sociais, sendo, logo, uma premissa de GP (Rua, 2014).

Quando se discute, de maneira mais direta, questões voltadas às PPS, a figura do PM nos é de grande interesse. Nesse caso, optou-se por problematizar o princípio do conflito, entendido aqui como correlato à violência. Nesse caso, aspectos de violência, de qualquer natureza, tiram o PM de uma situação de conforto (Rua, 2014).

A Figura 3 ilustra a relação entre PPS e GP proposta nesta dissertação. Para tanto, opera-se em zonas conversacionais, nas quais é possível estabelecer diálogos frutíferas entre tais ramos do saber humano.

Figura 3 - Relação entre PPS e GP



Fonte: Autoria Própria

A Figura 3 é constituída por duas esferas, sendo a primeira representante das “Políticas Públicas de Segurança” e a segunda da “Gestão Pública”. Ambas

apresentam zonas fronteiriças, por meio das quais os argumentos aqui propostos foram delineados.

A referida imagem é contextualizada na prática pelas propostas do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030, que entende como precípua o diálogo entre PPS e GP. De acordo com o documento, esta relação se desenvolve a partir de metas a serem incorporadas à segurança pública, objetivando a redução da criminalidade e da violência urbana (Brasil, 2021).

Das PPS optou-se mais de perto pela sua projeção científica que versa a partir do princípio da ação. Entende-se que, por agir diretamente com aspectos ligados à violência, a PPS problematiza ações em movimento, o que reverbera fatores de ordem coletiva e bem-estar social (Chaebo; Medeiros, 2017).

A ideia de ação advinda da PPS é ponto de suma importância nessa discussão. Isso porque o policiamento ostensivo deve operar justamente nas tomadas de ação, para que a segurança coletiva possa ser garantida. Entretanto, a ação aqui não pode ficar restrita ao ato em si, mas sim em todo o entorno que o contextualiza e, com isso, garante o sucesso da atuação da PMTO.

Do ponto de vista estrutural, as PPS demandam planejamento, o que significa dizer que são estabelecidas por intermédio da hierarquia. Nesse caso, o Estado deve traçar estratégias, dentro da lei, que permitam minimizar as lacunas deixadas por um efetivo com quantidade pouco expressiva (Oliveira, 2006).

No que compete à GP, optou-se mais de perto pela sua necessidade de articulação entre as partes de interesse coletivo, de maneira a garantir um bom funcionamento do interesse público. Isso, por sua vez, deve ter como base a ideia de minimização das disjunções e diferenças sociais, já que princípios como segurança e educação são previstos em Lei como bens comuns à sociedade (Carneiro; Menicucci, 2013).

Nesse caso, foi pensado em segurança e educação como direitos assegurados constitucionalmente, uma vez que demandam interesses públicos. Assim, o Estado passa a exercer função precípua no ato de promoção destes princípios, de modo a viabilizá-los da maneira mais democrática possível.

Nesse sentido, Motta (2013) traça um panorama acerca dos estudos científicos desenvolvidos no bojo da GP nos últimos anos. Para o autor, houve um crescimento das pesquisas que problematizam questões ligadas à gestão, porém com grandes desdobramentos ainda pendentes no contexto acadêmico. Nesse sentido, é

pertinente advogar por mais pesquisas que versem sobre esta temática, considerando sua importância prática na sociedade em geral.

Portanto, as PPS em conjunto com a GP acabam por constituir uma parte importante das demandas do Estado, pois atuam, de maneira direta, na construção de uma visão coletiva de comunidade. Esta articulação, por sua vez, agrega concepções políticas, do ponto de vista relacional, o que problematiza aspectos de delegação de função e de redistribuição do efetivo da PMTO.

1.6 O Efetivo da PMTO

Nesta seção, apresentam-se algumas considerações sobre o efetivo da PMTO e os aspectos de PPS no Estado do Tocantins. Para isso, foram evidenciadas algumas articulações teóricas no quantitativo de PM informado pela DGP do Estado do Tocantins.

O termo “efetivo” está sendo utilizado neste trabalho para designar o quantitativo de policiais militares da ativa, para compor o quadro responsável por manter a ordem pública e o bem-estar social no Tocantins. Nesse sentido, o policiamento ostensivo tocantinense compreende um papel que lhe fora designado por meio das PPS do estado, as quais lhe confere função basilar à segurança coletiva (Tocantins, 2012).

Nesse caso, do ponto de vista social, pode-se entender que o efetivo da PMTO opera na tentativa de democratização da segurança por meio de Políticas Públicas Governamentais constitucionalmente sinalizadas. Em outros termos, trata-se de uma materialização das diretrizes da PPS e da GP no que se refere ao ato de exercer os princípios da ordem coletiva. Isso se torna algo democrático partindo da premissa de que a população em geral deve ser beneficiada por meio dos serviços prestados pela PM (Arretche, 1996).

Nesse caso, resgatou-se a ideia de coletividade como um conjunto de pessoas que comungam dos mesmos princípios e, com isso, têm direitos iguais garantidos por Lei. Assim, está se fazendo menção às PPS enquanto espaço de poder, já que tem relação direta com o princípio de conflito, já mencionado anteriormente (Rua, 2014).

Assim, podemos relacionar esta ideia de coletividade com a percepção prática dos municípios tocantinenses. Em outras palavras, as cidades que constituem o estado funcionam como uma teia, sugerindo um movimento sistêmico. Por isso,

dizemos que o policiamento ostensivo deve garantir o bem-estar de todas as localidades, uma vez que a falta de segurança pública pode afetar todo o Estado.

Ao se realocar as contribuições de Dias e Matos (2015) à temática discutida nesse trabalho, é possível afirmar que as Políticas Públicas constituem fatores elementares na estruturação do efetivo da PMTO. Isso porque as PPS colaboram para que a GP estadual ofereça condições legais à ampliação do efetivo da PM tocantinense, agindo colaborativamente com o Poder Executivo.

Em tempo, o DECRETO nº 6.776, de 17 de abril de 2024, QOD da PMTO, prevê um efetivo da PMTO composto por 9000 mil policiais. Entretanto, de acordo com a DGP do Estado do Tocantins, atualmente este efetivo conta com um quantitativo de apenas 3.524, número bem abaixo do estimado.

Em suma, a dissonância entre o proposto pelas PPS do Tocantins e os números apresentados pela DGP nos convida a pensar sobre o papel da polícia na efetivação da ordem e da segurança pública. Isso porque municípios ficam desassistidos em tempo integral, tornando-se vulneráveis a violência urbana.

Em outras palavras, apresentou-se uma relação teórica entre PPS e GP, entendendo-as como premissas importantes à compreensão das causas e consequências do quadro restrito do efetivo da PMTO. A partir dessa relação, é possível pensar em estratégias das políticas públicas que podem minimizar o déficit da segurança pública no estado do Tocantins.

Além disso, a mobilização teórica que se propõe neste trabalho também pode nos convidar a pensar a respeito da violência em municípios pouco assistidos pelo policiamento ostensivo tocantinense. Isso, evidentemente, como estratégia das PPS vigente no estado atualmente.

Em síntese, espera-se que este trabalho possa se mostrar incentivador para outros que versam sobre essa mesma temática, partindo do princípio, que há uma necessidade muito grande de se falar em segurança pública como direito do cidadão e obrigação do Estado. A partir disso, há muito o que se discutir acerca da referida problemática.

1.3.1 *Descrição do Estado do Tocantins*

Nesta subseção, caracterizou-se o Estado do Tocantins, procurando considerar seus aspectos espaciais e demográficos, importantes para o entendimento dos dados e da sua respectiva interpretação.

De acordo com os dados do IBGE (2022), o Tocantins tem uma população estimada em 1.607.363 de habitantes, tendo uma economia predominantemente voltada à agricultura. Isso o faz um estado importante à movimentação de renda na Região Norte do Brasil, despontando-se como promissor no que se refere ao setor econômico (Tocantins, 2010).

Conforme descrito pelo governo do estado, o Tocantins foi criado em 1988 pela Assembleia Nacional Constituinte, tornando-se o mais novo dos 26 estados do Brasil. localizado na região Norte, no centro geográfico do país, possui 139 (cento e trinta e nove) municípios, o estado faz divisa com estados do Nordeste (Maranhão, Piauí e Bahia), Centro-Oeste (Goiás e Mato Grosso) e do próprio Norte (Pará) (Tocantins, 2024).

Essa posição geográfica estratégica traz pontos positivos para o estado, mas também traz alguns desafios em termos de segurança pública. De acordo com Carvalho (2017), o estado do Tocantins possui um extenso Sistema Rodoviário Estadual. Conforme definido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), tem aproximadamente 277.720,520 km², os quais geram desenvolvimento econômico e social da população tocaninense e do Brasil.

No Tocantins, destacam-se cinco principais rodovias: a BR-153, a BR226, que representam os principais eixos de escoação de produtos dentro do estado; a BR-230, a TO-164 e a TO-335, que juntas totalizam uma extensão de 1.960,8 Km. A BR-153 é uma das principais do estado e também do Brasil, sendo a quarta maior do país, conhecida também como Transbrasiliana e Belém-Brasília, ligando a cidade Marabá-PA ao município de Aceguá-RS, totalizando, assim, 4.355 km de extensão. Sendo a principal ligação da região Norte a região Centro-Sul do país, considera-se um importante corredor de transporte de cargas, e também a zona franca de escoamento de Manaus-PA para o Sul do país, interligando importantes rodovias. Já a BR-226, que é a segunda maior do estado, tem papel importante na ligação entre os estados do Maranhão e Goiás. É a principal ligação desses três estados para a chegada ao porto de Itaquí, onde seus produtos podem ser exportados. As rodovias estaduais

como a TO-335, que é uma rodovia estadual que se liga com a TO-010, e também com os demais estados de divisa, dando acessibilidade aos demais modais disponíveis no estado. No Tocantins, se predomina com o transporte de cargas rodoviários.

Com isso, tem-se um intenso fluxo de pessoas, veículos e de todo tipo de cargas em nossas estradas e cidades. Apesar do Tocantins não possuir uma população tão expressiva, essa movimentação contínua nos limites do estado requer muita atenção e fiscalização por parte das forças de segurança do Tocantins.

No dia 14 de fevereiro de 2024, foi publicada a PORTARIA NORMATIVA N.º 002/2024– PM1 Origem: 3ª Seção do EMG - PM/3 que aprova o Plano de Articulação 2024 da PMTO, e adota outras providências. Nesse documento, os municípios são agrupados de acordo com sua localização e há uma unidade da PMTO responsável por atender cada microrregião.

No Plano de Articulação da PMTO de 2024, já foram implementadas as alterações previstas na LEI COMPLEMENTAR NO 149, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023. Altera a Lei Complementar no 128, de 14 de abril de 2021, que dispõe sobre a Organização Básica da PMTO. E distribui o antigo Comando de Policiamento do Interior em: Comandos Regionais de Policiamento - CRP:

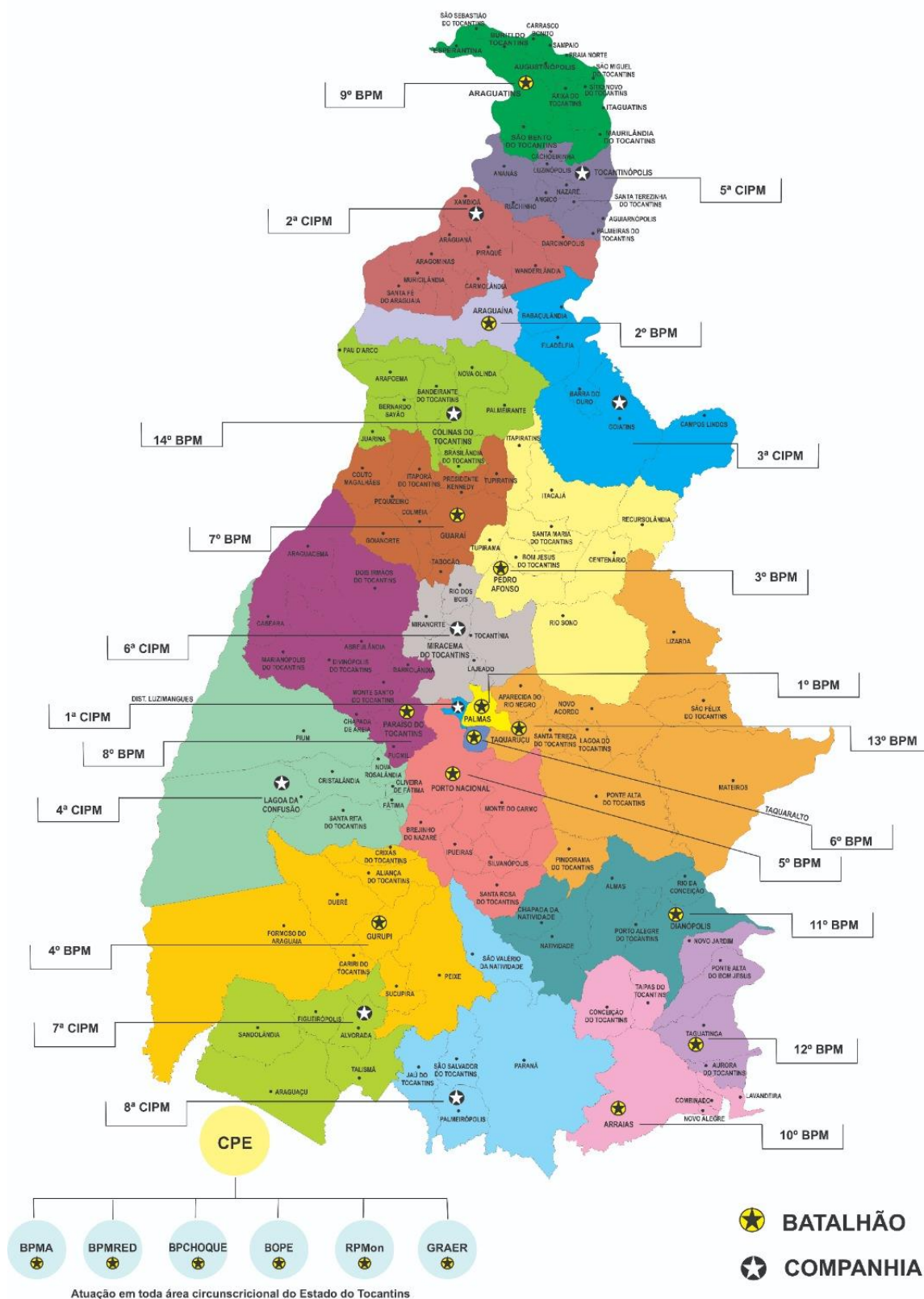
- a) Comando Regional de Policiamento – 1ª Região - CRP-1 (Central);
- b) Comando Regional de Policiamento – 2ª Região - CRP-2 (Norte);
- c) Comando Regional de Policiamento – 3ª Região - CRP-3 (Sul).

Ficou mantido o Comando de Policiamento da Capital, que é composto pelas unidades da capital e cidades mais próximas.

A Figura 4 mapeia a extensão territorial do Tocantins, evidenciando os municípios que o constitui, bem como, as Unidades da Polícia Militar do Estado do Tocantins que abarcam os referidos municípios.

Figura 4 - Mapa do Estado do Tocantins conforme Plano de Articulação PMTO 2024

PLANO DE ARTICULAÇÃO DA PMTO



No que se refere à distribuição do policiamento da PMTO, entender estes dados é fundamental para que possamos compreender a dinâmica atual de distribuição do quadro do efetivo da PM, uma vez que isso atende a critérios demográficos e socioespaciais.

Por fim, a PMTO, por ser ainda uma PM jovem, em comparação a outras PMs, tal como descreveremos no próximo capítulo, apresenta um número pequeno em seu quadro de efetivo. Isso torna-se um agravante quando se entende que os 139 municípios carecem de policiamento ostensivo 24 horas, tal como seria o ideal.

CAPÍTULO 2

INGRESSO DO EFETIVO NA POLÍCIA MILITAR

Neste capítulo, discorre-se um pouco a respeito do ingresso do efetivo na PM no Brasil, com foco nos principais estados. Nesse caso, é proposto um mapeamento sobre o efetivo com vistas a nos ajudar a compreender o cenário atual do efetivo da PMTO, em analogia a outros estados.

Em tempo, pelo fato da PMTO ser mais nova que as demais, em razão da própria emancipação do Tocantins, entende-se que este politicamente apresenta demandas específicas, decorrentes do seu tempo de execução junto ao serviço público e à população.

Este capítulo é constituído pelas seguintes seções: *Funcionamento do Ingresso do Efetivo; Seleção de Policiais Militares em Minas Gerais; Seleção de Policiais Militares em Goiás; Seleção de Policiais Militares em São Paulo; Seleção de Policiais Militares em Santa Catarina, Seleção de Policiais Militares em Rondônia, Seleção de Policiais Militares na Bahia e Seleção de Policiais Militares no Tocantins.*

2.1 Funcionamento do Ingresso do Efetivo

Nesta seção, descreve-se o funcionamento do ingresso do efetivo no âmbito da PM. Isso, por sua vez, demanda questões advindas de PPS regidas pelo Governo Estadual, considerando, portanto, especificidades do estado.

A PM é regida por leis estaduais que direcionam sua atuação no contexto da segurança pública dos municípios de uma unidade federativa. Nesse sentido, é possível dizer que se trata de uma corporação que atua, a partir das diretrizes das PPS, na manutenção da ordem, do bem-viver coletivo e da segurança pública de uma dada localidade (Brasil, 1988).

Nesse sentido, a PM é uma representação das PPS, que se estabelece na interface entre direitos e deveres dos cidadãos, previstos pela CF de 1988. Isso, por sua vez, pensar na atuação da PM como algo decisivo à manutenção da ordem coletiva e o bem-estar social. A Figura 5 representa justamente os pontos elementares da atuação da PM junto à sociedade.

Figura 5 - Atuação do Efetivo da PM

Fonte: Autoria Própria

A Figura 5 é constituída por três esferas que se comunicam a partir de um momento cíclico, indicado pela disposição das setas. Isso, por sua vez confere unidade às funções da PM, não podendo ser pensadas separadamente. As esferas indicam as seguintes funções: I) Policiamento Ostensivo; II) Fiscalização e gestão da ordem pública; e III) Atividades jurídicas e administrativas da Segurança Pública.

O Policiamento Ostensivo talvez seja a responsabilidade mais conhecida da PM pela comunidade assistida. Trata-se de uma modalidade dos serviços policiais que ocorre de maneira visível, podendo ser de maneira individual ou em grupo. Em outros termos, é uma atividade que possibilita o policial a acompanhar a rotina de uma determinada localidade por meio de uma fiscalização do espaço e do comportamento do indivíduo (Brasil, 1988).

A Fiscalização e gestão da ordem pública está diretamente associada à obediência das leis que regem a segurança pública do estado. Nesse caso, o policial exerce função de gestor, pois deve procurar meios de solucionar conflitos advindos da não obediência das normas que asseguram o bem-estar coletivo (BRASIL, 1988).

Já as atividades jurídicas e administrativas da Segurança Pública têm relação direta com os princípios de caráter preventivo e de responsabilização do não cumprimento das leis públicas de segurança. Assim, o policial deve ter conhecimento

legislativo, o que o ajuda a entender a gravidade dos crimes voltados à violação das regras de segurança (Brasil, 1988).

O ingresso do efetivo da PM é viabilizado por intermédio de editais publicados, os quais são regidos por regras governamentais que asseguram o ingresso de um indivíduo em condições de exercer o cargo em caso de aprovação. Estes concursos públicos tendem a ser bastante concorridos face o número de vagas ofertadas, os requisitos propostos para a vaga, bem como a demanda de candidatos inscritos.

Quadro 1 - Requisitos para PM

REQUISITOS	DESCRIÇÕES
Ser brasileiro	A nacionalidade é importante para garantir a confluência com os princípios ideológicos da PM.
Tatuagem	É autorizado ter tatuagens, desde que estas não sejam conflitantes com os ideais da PM.
Obrigações militares e eleitores em dia	Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares é essencial à representação da democracia e cidadania brasileira.
Ter boa saúde física e mental	Necessário para garantir um exercício da função de maneira eficiente.

Fonte: Autoria Própria

De acordo com o Quadro 1, são 04 (quatro) os principais requisitos para ingresso do cidadão na carreira militar, uma vez possibilitado pelo concurso público. Nesse caso, é importante que o cidadão que queira colaborar junto à corporação enquanto policial militar tenha os referidos requisitos, pois a PM prima por um efetivo que possa servir como exemplo de cumprimento das leis regentes e, com isso, tenha condições de policiar uma execução legislativa pertinente.

Em suma, entendemos que o funcionamento do efetivo da PM é algo normatizado. Estas normas ajudam a entender a figura do policial de maneira sistematizada, pois atuam na formação de uma PM dentro dos rigores da lei.

2.2 Seleção de Policiais Militares em Minas Gerais

Nesta seção, caracteriza-se o efetivo da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), entendendo-o como representativo à compreensão da segurança pública não apenas no referido estado, mas também em cenário nacional.

De acordo com o IBGE (2022), o estado de Minas Gerais conta com uma população estimada de 20.732.660 habitantes, o que o torna o segundo estado mais populoso do país, ficando atrás apenas de São Paulo. Do ponto de vista econômico, sua maior fonte de renda e movimentação financeira fica a cargo do ramo siderúrgico, também representativo nas indústrias têxtil e alimentícia. O território mineiro abrange uma área de 586.528 km², sendo constituído por 853 municípios, os quais estão distribuídos 12 mesorregiões e 66 microrregiões (Minas Gerais, 2023).

A PMMG apresenta, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), um quantitativo de efetivo de 36.816, o qual é distribuído pelos municípios de maneira a atender as demandas de cada um, levando em consideração a densidade demográfica de cada cidade.

Para Cappelle e Melo (2010), a PMMG, por ser considerada uma PM tradicional no contexto da PM brasileira, em razão do quantitativo de efetivo, apresenta uma estrutura historicamente representativa no cenário nacional.

Em resumo, os números do efetivo da PMMG são representativos no cenário nacional, em razão de ser uma PM vista como de grande porte em relação ao quantitativo. Nesse sentido, é possível dizer que isso tem relação com o contexto histórico mineiro que muito colaborou para a manutenção do tradicionalismo policial militar no estado.

De acordo com a PMMG, os concursos para o Curso de Formação de Oficiais – CFO, para o Curso de Formação de Soldados – CFSD e para o Quadro de Oficiais da Saúde, são realizados anualmente. Nos últimos 10 (dez) anos, só não houve concurso em 2021 devido a Pandemia de COVID-19. Essa constância na realização dos concursos para ingresso na PMMG possibilita um efetivo em constante renovação e a manutenção do quantitativo para atender as demandas das PPS no âmbito do estado de Minas Gerais.

2.3 Seleção de Policiais Militares em Goiás

Nesta seção, caracteriza-se o efetivo da Polícia Militar de Goiás (PMGO), procurando entender como o referido quantitativo pode nos ajudar a pensar a segurança pública nacional, bem como colaborar na compreensão da dinâmica da PM no Tocantins.

De acordo com o IBGE (2022), o estado de Goiás conta com uma população estimada de 6.900.000 habitantes, o que o torna o décimo primeiro estado mais populoso do Brasil, sendo antecedido por Santa Catarina e sucedido pelo Maranhão. Do ponto de vista econômico, sua maior fonte de renda fica a cargo do setor de Serviços, especialmente representado pela indústria comercial (atacado e varejo). O território goiano tem uma área de 340.242,85 km², sendo constituído por 246 municípios, sendo a região metropolitana a quais abriga habitantes, apresentando, com isso, uma grande diferença populacional em relação às demais regiões do estado (Goiás, 2023).

A PMGO apresenta, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), um quantitativo de efetivo de 11.304, sendo este distribuído pelos municípios a partir da demanda demográfica, concentrando, conseqüentemente, a maior parte em Goiânia, capital do estado, e na região metropolitana.

Conforme Vilarinho e Cunha (2021), a PMGO tem se preocupado em qualificar o seu efetivo, especialmente os recém ingressantes, uma vez que entende a importância de um policiamento militar cada vez mais atualizado e apto a prestar um serviço cada mais humanizado.

Em síntese, entende-se que o número do efetivo da PMGO pode nos ajudar no entendimento das demandas apresentadas pela PMTO, uma vez da aproximação do perfil das PM. Nesse sentido, a questão histórica também ajuda a entender esta relação, considerando que o Tocantins se constituiu como estado a partir da sua emancipação do território goiano.

Não foi possível precisar a frequência em que ocorrem os concursos de seleção na PMGO, mas com base nas informações do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, é possível concluir que há certa periodicidade, já que ocorre a manutenção dos números do efetivo, conforme é possível discorrer melhor mais à frente.

2.4 Seleção de Policiais Militares em São Paulo

Nesta seção, caracteriza-se o efetivo da Polícia Militar de São Paulo (PMESP), uma vez que o referido quantitativo influencia diretamente nas condições de segurança pública do país, pois o estado de São Paulo constitui-se como uma megapotência mundial.

De acordo com o IBGE (2022), o estado de São Paulo conta com uma população estimada de 46.024.937 habitantes, o que o torna o estado mais populoso do Brasil, seguido de Minas Gerais. Além disso, se firma como uma das maiores potências da América Latina. Do ponto de vista econômico, sua maior fonte de renda fica a cargo do setor industrial, que conta com a colaboração de indústrias de todas as partes do mundo. O território paulista apresenta área de 1.521,110 km², constituída por 645 municípios, que se dividem 42 regiões de governo, 14 administrativas e três metropolitanas (São Paulo, 2023).

A PMESP apresenta, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), um quantitativo de efetivo de 82.317, obedecendo aos critérios demográficos para sua distribuição. Por isso, a capital, a cidade de São Paulo, demanda o maior número de efetivo em rotatividade regular. No que compete ao sistema de ingresso, a PMESP abre edital para concurso público com periodicidade anual, com vistas a preencher lacunas em seu quadro de efetivo.

De acordo com Cubas, Alves e Oliveira (2020), a PMESP apresenta um efetivo que tem a concepção de cooperação militar como instituição de justiça. Em outros termos, há uma tentativa desses policiais em atuar a partir do que entendem como justo, o que os coloca como sujeitos genuinamente sociais. Isso, por sua vez, em razão do seu quantitativo, tende a representar a atuação militar algo impactante à vivência nos grandes centros urbanos, em especial, o paulista.

Por fim, entende-se que o quadro de efetivo da PMESP, por ser o maior do Brasil, nos ajuda a pensar a dinâmica da segurança pública nacional, com vistas a colaborar ativamente neste mapeamento. Isso, por sua vez, nos direciona à ideia de que o policiamento estadual reflete a importância das PPS em todo o território federativo.

De acordo com a PMESP, os concursos para Oficiais, Soldados e para o Quadro de Oficiais da Saúde são realizados anualmente, o que é fundamental para manutenção do seu expressivo efetivo.

2.5 Seleção de Policiais Militares em Santa Catarina

Nesta seção, caracteriza-se o efetivo da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), por ser uma PM bastante representativa no que concerne seu efetivo e sua atuação no cenário da segurança pública nacional.

De acordo com o IBGE (2022), o estado de Santa Catarina conta com uma população estimada de 7.338.473 habitantes, o que o torna o décimo estado mais populoso do Brasil, antecedido pelo Pará e sucedido por Goiás. Do ponto de vista econômico, sua maior fonte de renda fica a cargo do setor de serviços, que tem apresentado crescimento nas últimas décadas. O território catarinense tem 95,4 mil km², sendo constituído por 295 municípios, os quais concentram a maior parte de pessoas em sua capital, Florianópolis, e na região metropolitana (Santa Catarina, 2023).

A PMSC apresenta, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), um quantitativo de efetivo de 9.952, a ser distribuído por todo o território nacional a partir das demandas demográficas.

Conforme Ferreira *et al* (2020), a PMSC tem se preocupado com o avanço tecnológico e digital promovido pelos tempos globalizados e, por isso, tem investido na tecnologia digital para garantir uma boa prestação de serviços à comunidade. Para isso, advoga-se pela implementação de ferramentas digitais que possam ajudar a comunicação entre a polícia e o cidadão, o que garante também a otimização do tempo.

Em suma, a PMSC entende que o quadro de efetivo, por estar abaixo do recomendado, deve se tornar mais acessível à população, encontrando no avanço da tecnologia uma possibilidade de encurtar o tempo e, com isso, favorecer a segurança pública estadual. Entendemos que seja uma iniciativa eficiente, desde que adicionada à manutenção do policiamento ostensivo.

Os últimos concursos para oficiais na PMSC foram realizados em 2010, 2014, 2017, 2023. Já para praças, ocorreram em 2010, 2013, 2015, 2019, 2023. Apesar de não ocorrer anualmente, ainda mantem uma frequência de seleção a cada três anos em média.

2.6 Seleção de Policiais Militares em Rondônia

Nesta seção, caracteriza-se o efetivo da Polícia Militar de Rondônia (PMRO), por exercer uma importância expressiva no que se refere ao policiamento da Região Norte do Brasil.

De acordo com o IBGE (2022), o estado de Rondônia conta com uma população estimada de 1.581.016 habitantes, tornando-o o vigésimo terceiro estado

mais populoso do país, sendo precedido pelo Sergipe e sucedido pelo Tocantins. No que se refere à economia, o referido estado apresenta a predominância da agropecuária e do extrativismo vegetal, sendo, inclusive, internacionalmente conhecido por estas atividades. Seu território tem 237.765,240 km², sendo constituído por 52 municípios, sendo a capital, Porto Velho, a cidade mais populosa do estado (Rondônia, 2023).

A PMRO, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), apresenta um quantitativo de efetivo de 5.094. Este número, por sua vez, é redistribuído entre todos os municípios que constituem o território estadual.

De acordo com Marçal *et al* (2020), a PMRO, levando em consideração o cenário da interação e da integração entre membros da equipe na Região Norte, apresenta uma dinâmica laboral de grande impacto na relação prazer-sofrimento. Isso torna-se pertinente nesta discussão quando levar em consideração a importância das condições de trabalho dos policiais, bem como o papel basilar da saúde mental na referida profissão.

Em resumo, a PMRO é bastante representativa no que se refere ao policiamento militar na Região Norte, ainda apresentando um dos menores quantitativos entre os estados que compõem a referida localidade. Entende-se, com isso, que o mapeamento da realidade de Rondônia pode ser eficiente para o entendimento da realidade tocantinense, dada a aproximação do contexto entre estes estados.

Não foi possível precisar a frequência em que ocorrem os concursos de seleção na PMRO, mas, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, conclui-se que há certa periodicidade, já que ocorre a manutenção dos números do efetivo, conforme será possível discorrer melhor mais à frente.

2.7 Seleção de Policiais Militares na Bahia

Nesta seção, caracteriza-se o efetivo da Polícia Militar da Bahia (PMBA), considerando o seu papel nas discussões sobre policiamento na Região Nordeste do Brasil.

Em conformidade com o IBGE (2022), o estado da Bahia conta com uma população que gira em torno de 14.136.417 habitantes, o que a torna o quarto estado mais populoso do país, antecedido pelo Rio de Janeiro e sucedido pelo Paraná. A

economia baiana se sustenta pela intervenção do turismo, da agropecuária, da indústria e da mineração, tendo uma natureza praiana como cartão de visita para visitantes de todas as partes do mundo. O referido estado tem área de 565 mil km², sendo constituído por 417 municípios, sendo que a capital, Salvador, está localizada ao Leste do estado (Bahia, 2023).

A PMBA, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), apresenta um quantitativo de efetivo de 31.176, que tenta atender à dinâmica de segurança pública de todo o estado.

De acordo com Albuquerque e Machado (2001), há uma preocupação em preparar jovens aspirantes da PMBA para que possam exercer um bom desempenho no futuro, quando passarem a fazer parte do efetivo da polícia. Assim, os autores compreendem que o quadro de efetivo terá uma boa atuação desde que seja preparado previamente, aliando, pois, qualidade e quantidade.

Por fim, a PMBA é vista como referência nos estudos sobre policiamento militar no Nordeste do Brasil, muito em razão do fato de ser de grande porte, o que lhe coloca em uma situação ativa no que se refere à influência da segurança pública no nível nacional. Assim, trata-se de uma realidade importante para o entendimento do cenário da segurança pública brasileira, colaborando para a compreensão de PM como organização dinâmica.

Não foi possível precisar a frequência em que ocorrem os concursos de seleção na PMBA, mas, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, conclui-se que há certa periodicidade, já que ocorre a manutenção dos números do efetivo, conforme poderemos discorrer melhor mais à frente.

2.8 Seleção de Policiais Militares no Tocantins

Nesta seção, caracteriza-se o efetivo da PMTO, nosso objeto de investigação nesta dissertação. Assim, procurou-se entender como o quantitativo do quadro de efetivo das demais PM ajudam a entendermos as demandas da PMTO.

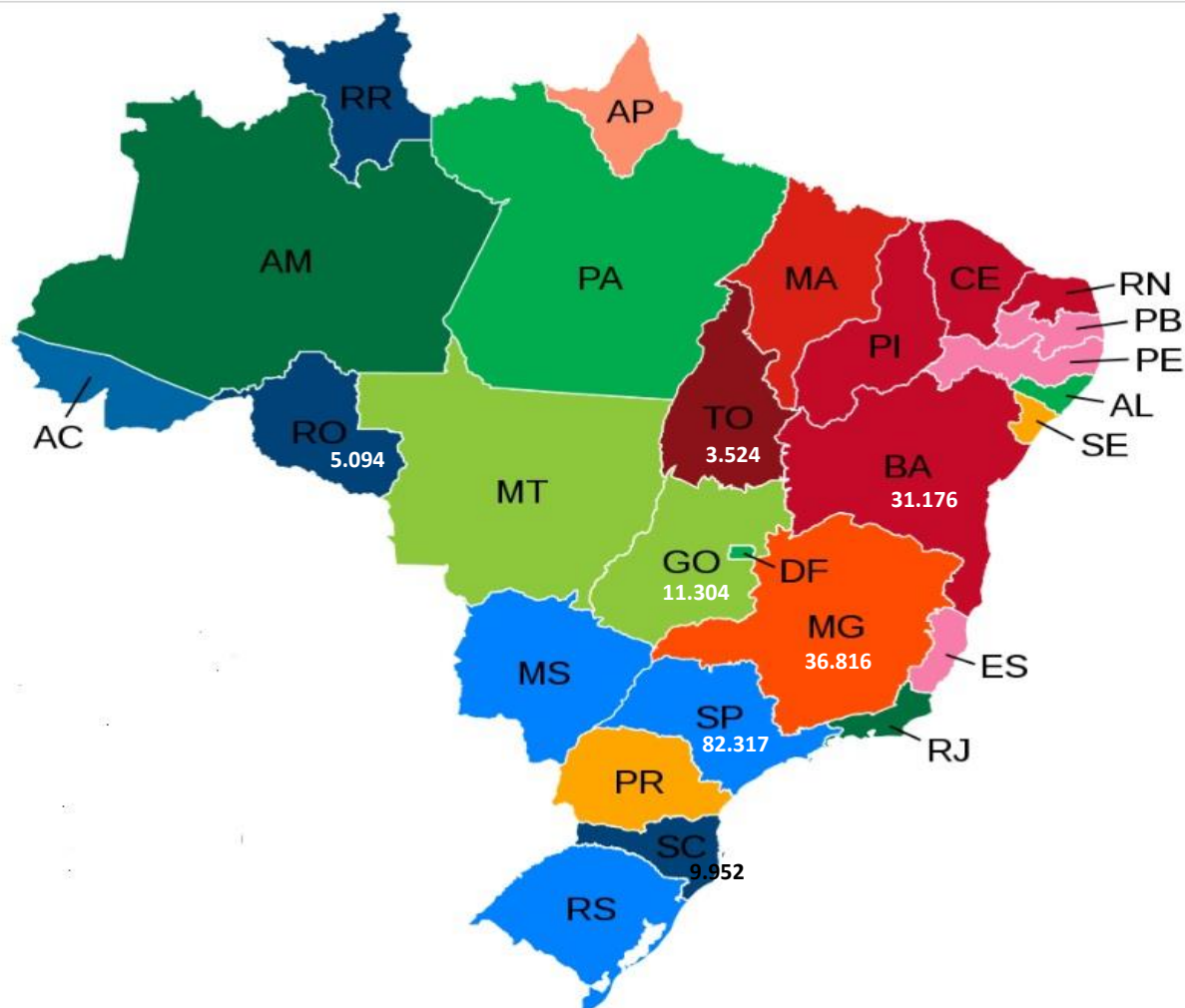
Tal como foi mencionado na Introdução deste trabalho, o QOD da PMTO segue as orientações do DECRETO n° 6.776, de 17 de abril de 2024. Aprova o QOD da PMTO. O qual prevê um número de 9 mil policiais. Entretanto, conforme a DGP do estado do Tocantins, o efetivo atualmente conta com um número muito abaixo, totalizando 3.524 policiais.

Os últimos concursos de praças pela PMTO foram em 2021, 2014 e 2008; já para oficiais conforme o EDITAL Nº 002/CFO-2009/PMTO – DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL 001/ CFO-2009/PMTO foi em 2009. Houve uma publicação de edital de seleção em 2018 que foi cancelado por decisão judicial.

Esse largo espaçamento causa algumas consequências como o baixo efetivo atual, e também a vacância em alguns níveis hierárquicos, fato bem prejudicial na estrutura da organização. Um exemplo disso é o fato de que antes da conclusão do Curso de Formação de Praças em 2023 a PMTO estava sem soldados na instituição, pois a turma de 2014 havia sido promovida a cabo. Quando analisamos o quadro de oficiais combatentes, a situação fica ainda mais grave. A turma do último concurso CFO/2010-2013 hoje está no posto de major, com alguns remanescentes no posto de capitão, mas não se tem cadetes em formação, nem aspirantes a oficial, nem tenentes e somente alguns poucos capitães no QOPM.

Considerando que o Curso de Formação de Oficiais, que forma os oficiais combatentes, tem duração de 3 anos, com foco em funções de chefia e comando, apesar de termos tenentes e capitães do QOA, que ingressam como praças e ascendem na carreira até o oficialato, as funções se completam, mas não se substituem.

Em comparação com o efetivo dos estados brasileiros mencionados neste capítulo, a PMTO é a que tem o número menor neste quantitativo, o que aponta para diversas fragilidades estaduais no que compete aos serviços de segurança pública oferecidos. A Figura 6 ilustra este mapeamento entre os estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina, Bahia, Rondônia e Tocantins.

Figura 6 - Mapeamento de efetivo da PM

Fonte: Da pesquisa (2024)

A Figura 6 apresenta os seguintes resultados quanto ao quantitativo do efetivo da PM nos estados abordados: 1º PMESP (82.317); 2º PMMG (36.816); 3º PMBA (31.176); 4º PMGO (11.304); 5º PMSC (9.952); 6º PMRO (5094); 7º PMTO (3.524).

De acordo com os dados acima, a PMTO é a que apresenta o menor quantitativo de efetivo, estando este bem abaixo do número sugerido no DECRETO nº 6.663, de 23 de agosto de 2023. Matematicamente, há uma diferença alarmante entre o efetivo da PMTO e o efetivo das demais PM, o que intensifica a necessidade de se incentivar a discussão acadêmica sobre o referido assunto. O referido estado apresenta uma área de 277.620,9 Km² (Tocantins, 2023).

Em suma, a PMTO apresenta-se com um efetivo bem abaixo do recomendado, tal como os dados podem comprovar. No que compete às PPS no estado do Tocantins, há uma tentativa de redimensionar este número para áreas de maior

densidade demográfica, o que deixa muitos municípios desamparados no que se refere a um policiamento ostensivo de 24h.

CAPÍTULO 3

PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, caracteriza-se o percurso metodológico desta pesquisa científica. Trata-se de um momento essencial ao entendimento da pesquisa, partindo do princípio de que as condições em que os dados foram coletados ajudam a entender, significativamente, as análises construídas no capítulo seguinte.

A metodologia da pesquisa científica é um percurso que deve ser levado em consideração, pois reverbera o caráter sistematizado dos métodos adotados, considerando que a investigação acadêmica deve ser rigorosa no momento de sua aplicação. Isso porque os critérios adotados para a coleta e constituição do *corpus* devem ser incorporados ao procedimento como um todo (Lakatos; Marconi, 2013).

A princípio, será descrito o tipo e a abordagem de pesquisa mobilizados nesta pesquisa. Isso nos ajuda a entender a maneira com a qual construímos olhares acerca dos dados, de modo a justificar o tratamento a eles conferido. Posteriormente, serão percorridas as técnicas metodológicas adotadas para a análise do *corpus*. Por fim, elencamos os critérios adotados para coleta dos dados e recorte dos dados analisados nesta dissertação de mestrado. Isso, por sua vez, explica o porquê de termos levado em consideração os dados justapostos, caracterizados e analisados no próximo capítulo.

Este capítulo é constituído pelas seguintes seções: *Tipo de Pesquisa*, *Abordagem de Pesquisa*, *Técnica de Pesquisa* e *Critérios de Seleção dos Dados*.

3.1 Tipo de Pesquisa

Nesta seção, caracteriza-se o tipo de pesquisa mobilizado durante a investigação. Esta descrição nos ajuda a entender as análises construídas no próximo capítulo, visto que diz muito sobre a perspectiva em que os dados foram coletados.

A priori, considera-se a pesquisa bibliográfica, entendida aqui como uma tipologia metodológica essencial à execução desta investigação. A partir de seu olhar sistematizado, caracteriza-se pela seleção criteriosa da literatura especializada, com o objetivo de colocar os referidos autores em conversação, os quais podem ser confluentes ou divergentes em suas ideias. Nesse sentido, espera-se que o

pesquisador assuma a posição de uma terceira voz, a qual poderá ressignificar muitas informações ditas e, com isso, colaborar em seu aspecto teórico junto à pesquisa (Pereira; Angelocci, 2021; Lakatos; Marconi, 2013; Severino, 2007).

No contexto dessa investigação, a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida por intermédio de livros, capítulos de livros e artigos acadêmico-científicos disponíveis em periódicos nacionais e internacionais, bem como das informações disponíveis nos sites oficiais das polícias militares analisadas. Estes, por sua vez, versam sobre temáticas convergentes ao policiamento militar no Brasil e, em especial, no Estado do Tocantins. Operando em uma interface interdisciplinar, também foram consultadas obras sobre gestão de pessoas aplicada ao contexto de atuação da polícia. Entende-se que essa perspectiva conversacional pode render percepções analítico-descritivas importantes ao tratamento dos dados coletados durante o processo de investigação.

O Quadro 2 evidencia os critérios que foram sistematizados para escolher o material de consulta bibliográfica desta pesquisa.

Quadro 2 - Critérios para pesquisa bibliográfica

CRITÉRIOS	JUSTIFICATIVA
Temas que versam sobre a PM no cenário nacional e estadual	Estas pesquisas ajudam a entender questões sobre o efetivo da PM em vários estados brasileiros, de modo a mapear as condições da atuação policial militar em todo o Brasil. Já as investigações que problematizam mais especificamente a PMTO colaboram na compreensão de aspectos geográficos e demográficos que interferem na atuação da PM no Tocantins.
Temas afins	Estas pesquisas ajudam no entendimento do entorno da atuação da PM, no Brasil, e da PMTO, no Tocantins especificamente. Isso porque entendemos que questões ligadas à segurança são influenciadas por temas circunvizinhos, que ajudam a complexificá-las.
Temas voltados às Políticas Públicas de Segurança	Estas pesquisas colaboram no entendimento estrutural e funcional da PMTO, considerando que esta está subordinada diretamente às políticas públicas federais e estaduais, as quais regulam a atuação da polícia.
Temas voltados ao Direito Administrativo	Estas pesquisas auxiliam no entendimento de aspectos voltados à gestão administrativa e de pessoas, uma vez que a PMTO se encaixa no princípio de gestão pública, regida por leis advindas da Constituição Federal de 1988.

Fonte: Da pesquisa (2024)

De acordo com o Quadro 2, elegemos 04 (quatro) critérios que orientaram a nossa pesquisa bibliográfica. Estes, por sua vez, ajudaram na organização e

sistematização das leituras mobilizadas, além de reforçar a natureza interdisciplinar desta investigação científica. As justificativas elencadas, por sua vez, dão coesão aos princípios teóricos que foram utilizados, os quais passam a ser vistos aqui de maneira complementar e não excludente.

Em tempo, a pesquisa bibliográfica não consiste apenas em uma leitura de um material para discussão de conceitos. Esta é uma visão ingênua e simplista. Trata-se de uma tipologia metodológica de natureza complexa, que exige do pesquisador uma habilidade de leitura madura, capaz de colaborar com a ampliação teórica a partir de um olhar prático do fenômeno pesquisado.

3.2 Abordagem de Pesquisa

Nesta seção, caracteriza-se a abordagem de pesquisa desta dissertação de mestrado. Isso muito nos ajuda a entender o que os dados coletados revelam acerca das demandas conferidas ao efetivo da PMTO, considerando-o como resultado de PPS vigentes no Estado do Tocantins.

No que se refere à abordagem da investigação, foi realizada uma pesquisa qualitativa e quantitativa, também conhecida como abordagem mista. Esta, por sua vez, consiste na atuação interfásica do tratamento dos dados, ou seja, opera na zona fronteira entre um olhar estatístico e a perspectiva interpretativa a partir dos números revelados (Pereira; Angelocci, 2021; Lakatos; Marconi, 2013; Bortoni-Ricardo, 2008; Severino, 2007).

No contexto de tratamento acadêmico do *corpus*, pode-se afirmar que a abordagem mista mescla princípios filosóficos da pesquisa qualitativa, bem como da pesquisa quantitativa simultaneamente. Isso, por sua vez, ajuda na sistematização do olhar do pesquisador, o qual procura construir sentidos a partir do que os números revelam.

O Quadro 3 procura representar a perspectiva simultânea a qual nos referimos, considerando as especificidades desta pesquisa.

Quadro 3 - Articulações entre abordagem e investigação

ABORDAGEM DE PESQUISA	DEFINIÇÃO	APLICAÇÃO NESTA INVESTIGAÇÃO
Qualitativa	De natureza intersubjetiva, constrói sentidos a partir do entorno em que os dados foram coletados, sendo, pois, de cunho interpretativista.	É importante considerar aspectos socioeconômicos do Tocantins, que demandam um olhar mais sensível por parte das PPS do estado.
Quantitativa	De natureza positivista, dá ênfase na quantidade da amostra dos dados, uma vez que isso representa uma gama maior de participantes envolvidos, o que ajuda a dar credibilidade à pesquisa	O número do quadro de efetivo da PMTO é ponto basilar para a pesquisa. Consideramos também o número que se espera ter e o número que realmente se tem.
Mista	Parte do princípio numérico para construir sentidos a partir do entorno da pesquisa.	Ajuda a entender impactos geográficos, econômicos e culturais que a falta de policiamento ostensivo causa no Tocantins, considerando como isso afeta o bem-estar social daquele povo.

Fonte: Da pesquisa (2024)

Por fim, é válido afirmar que esta proposta de pesquisa abrigou uma abordagem mista na tentativa de responder ao primeiro objetivo específico elencado nesta investigação. Para tanto, é possível entender que o quantitativo de militares na ativa de sua profissão pode representar demandas sociais vigentes no escopo contemporâneo. Em outras palavras, compreende-se que a quantidade, nesse caso, pode ajudar a revelar uma conjuntura maior no que se refere ao policiamento militar no Estado do Tocantins, o que parece ser de muita relevância para a análise e tratamento dos dados.

3.3 Técnica de Pesquisa

Nesta seção, foi caracterizada a técnica de pesquisa mobilizada para a execução da pesquisa e coleta dos dados de investigação. Nesse sentido, trata-se de uma parte essencial da metodologia, uma vez que atua na delimitação do *corpus* a ser tratado.

O levantamento de informações foi baseado na técnica de pesquisa documental e de campo. O viés documental é entendido aqui de acordo com Cellard (2008) e Sá-Silva *et al* (2009), quando problematizam essa técnica metodológica no campo dos estudos científicos. Para os autores, a identificação e utilização de documentos no ato investigativo nos ajuda a pensar em condições sociais específicas, que atuam na manutenção de sentidos dos dados analisados. Em outras palavras, trata-se de uma técnica investigativa que, a partir de um recorte de tempo e de espaço, colabora para o entendimento de uma dinâmica social.

Os procedimentos para a coleta dos dados seguiram o seguinte fluxo:

- 1) leitura do material bibliográfico e pesquisa documental sobre gestão e inclusão de pessoas, normativas da PMTO afetas ao tema;
- 2) visita à DGP da PMTO e obtenção de documentos referentes ao ingresso e à passagem para reserva remunerada na instituição;
- 3) levantamento de documentos junto a outras polícias militares do Brasil, de como é feito o planejamento e inclusão de efetivo nas coirmãs.
- 4) posterior análise, descrição dos dados e apresentação dos resultados.

3.4 Critérios de Seleção dos Dados

Nesta seção, são apresentados os critérios adotados para seleção dos documentos de investigação nesta pesquisa. Considerando a natureza sistematizada dos métodos em uma pesquisa científica, é necessário considerar que as análises foram feitas a partir destes critérios.

O Quadro 4 elenca os critérios adotados nesta dissertação de mestrado.

Quadro 4 - Critérios e suas justificativas

CRITÉRIO	JUSTIFICATIVA
Efetivo atual e ideal	É importante relacionar o que as PPS no estado do Tocantins entendem como o quantitativo ideal ao quantitativo atual, pois nos ajuda a entender dissonâncias entre a lei e a sua execução de fato.
Territorial	É importante considerar aspectos territoriais como critérios de distribuição do efetivo da PMTO, uma vez que isso pode revelar impactos ligados à segurança pública de municípios que estão desassistidos 24h.
Unidades Existentes	Trata-se de um critério que nos ajuda a pensar a quantidade de unidades operacionais da PMTO, e o

	quantitativo mínimo de efetivo para que estas consigam realizar o trabalho e policiamento ostensivo em toda sua área territorial de atuação.
--	--

Fonte: Da pesquisa (2024)

Em suma, os referidos critérios ajudam na organização das análises contidas no capítulo seguinte. Com isso, além de uma organização dos dados para tratamento científico, os referidos critérios colaboram também no entendimento da leitura crítica que fazemos sobre o efetivo da PMTO nesta dissertação de mestrado.

CAPÍTULO 4

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, foram apresentados os dados de pesquisa, extraídos do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. A ideia é, por intermédio de uma linha do tempo, considerarmos os avanços ou retrocessos do número de efetivo da PM em alguns estados da federação, de modo a compreender o atual quadro da PMTO.

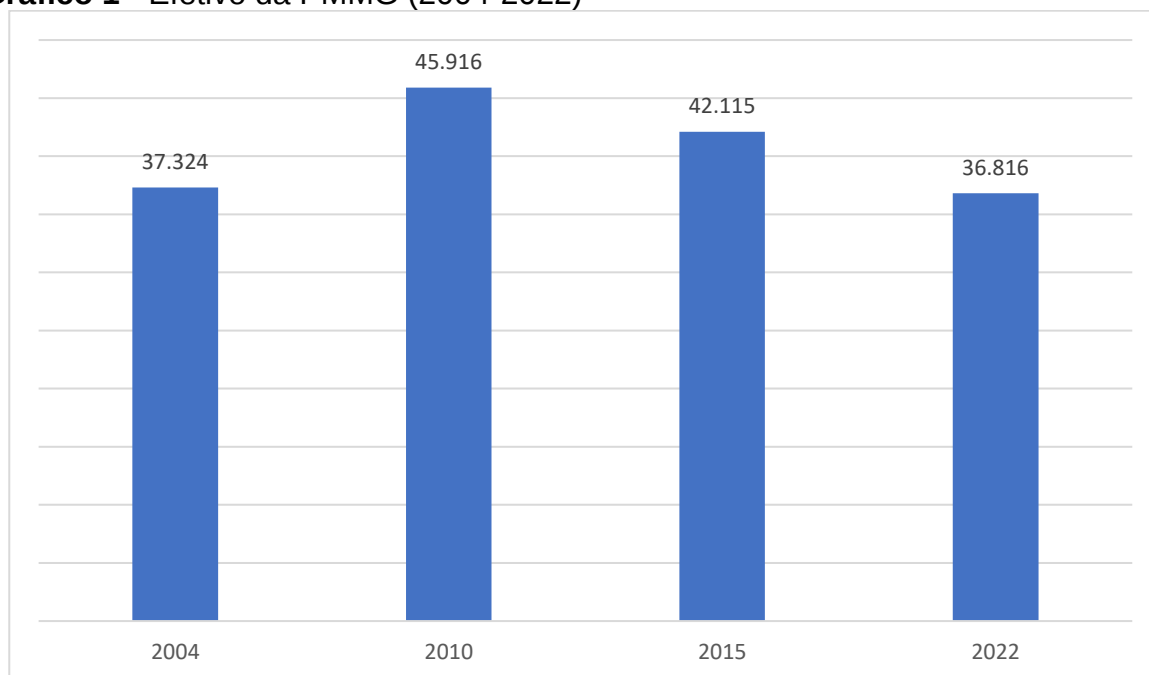
Para tanto, foi caracterizado o número de efetivo desses estados com vistas a nos ajudar a entender o cenário nacional, o qual contextualiza a realidade do Tocantins. Posteriormente, compararam-se os dados obtidos pela pesquisa documental, considerando a realidade histórico-geográfica do Tocantins. Para tanto, foi feita uma linha do tempo considerando os anos de 2004, 2010, 2015, 2022 por considerar estes espaçamentos de tempo como representativos para o mapeamento da quantidade de efetivo nos últimos 18 anos.

Este capítulo é constituído pelas seguintes seções: *Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina, Rondônia, Bahia, Tocantins e Comparando o Efetivo*.

4.1 Minas Gerais

Nesta seção, caracterizou-se o efetivo da PMMG. Por ser uma das maiores organizações da PM no Brasil, entende-se que seu mapeamento é bastante representativo ao cenário nacional.

De acordo com o Gráfico 1:

Gráfico 1 - Efetivo da PMMG (2004-2022)

Fonte: Da pesquisa

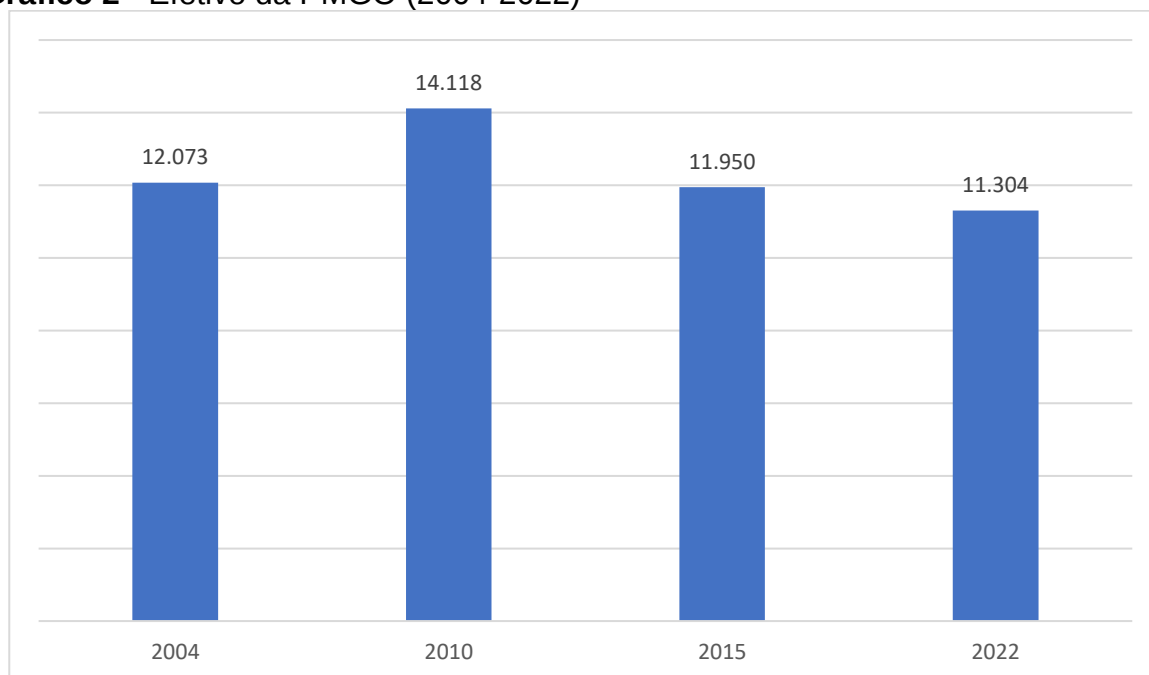
De acordo com o Gráfico 1, a PMMG apresenta o maior número em seu quadro de efetivo em 2010, quando foi registrado um quantitativo de 45.916 PM. De maneira decrescente, segue o ano de 2015 (42.115), de 2004 (37.324) e, por último, de 2022 (36.816).

Nesse sentido, é possível perceber que o ano de 2022 representa o menor quantitativo da PMMG, representando uma queda expressiva no número de efetivo em relação a 2015. Isso, por sua vez, representa um ponto negativo à segurança pública de Minas Gerais, pois significa uma baixa no campo do policiamento ostensivo no estado, uma vez que Minas Gerais é o segundo estado mais populoso do Brasil, conforme IBGE (2022).

4.2 Goiás

Nesta seção, foi caracterizado o efetivo da PMGO. Trata-se de uma organização que apresenta bastante similaridade com a realidade do Tocantins, tanto por questões geográficas, quanto por questões históricas, tal como foi mostrado no capítulo anterior. Por isso, entendemos que o mapeamento do seu efetivo é representativo para o entendimento da PMTO.

De acordo com o Gráfico 2:

Gráfico 2 - Efetivo da PMGO (2004-2022)

Fonte: Da pesquisa

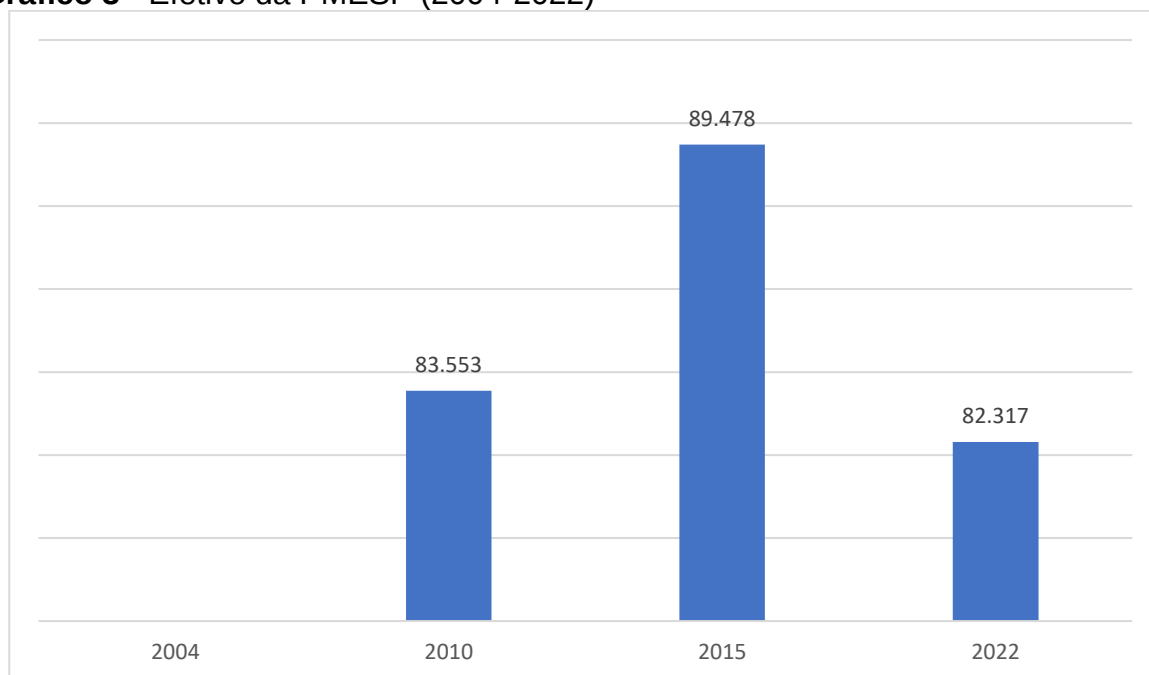
De acordo com o Gráfico 2, a PMGO apresenta o maior número em seu quadro de efetivo em 2010, quando foi registrado um quantitativo de 14.118 PM. De maneira decrescente, segue o ano de 2004 (12.073), de 2015 (11.950) e, por último, de 2022 (11.304).

De acordo com a linha do tempo, o ano de 2022 apresenta o menor quantitativo da PMGO, de modo a ilustrar uma queda expressiva no número do efetivo em relação a 2010. Isso, por sua vez, gera reflexos em toda a região, uma vez que a segurança pública do Goiás exerce grande importância, sobretudo nos estados vizinhos, como é o caso do Tocantins (Vilarinho e Cunha, 2021).

4.3 São Paulo

Nesta seção, foi caracterizado o efetivo da PMESP. Trata-se da maior PM do Brasil, considerando, pois, as demandas geográficas e demográficas do Estado de São Paulo. Entende-se que seu mapeamento é bastante representativo ao cenário nacional.

De acordo com o Gráfico 3:

Gráfico 3 - Efetivo da PMESP (2004-2022)

Fonte: Da pesquisa

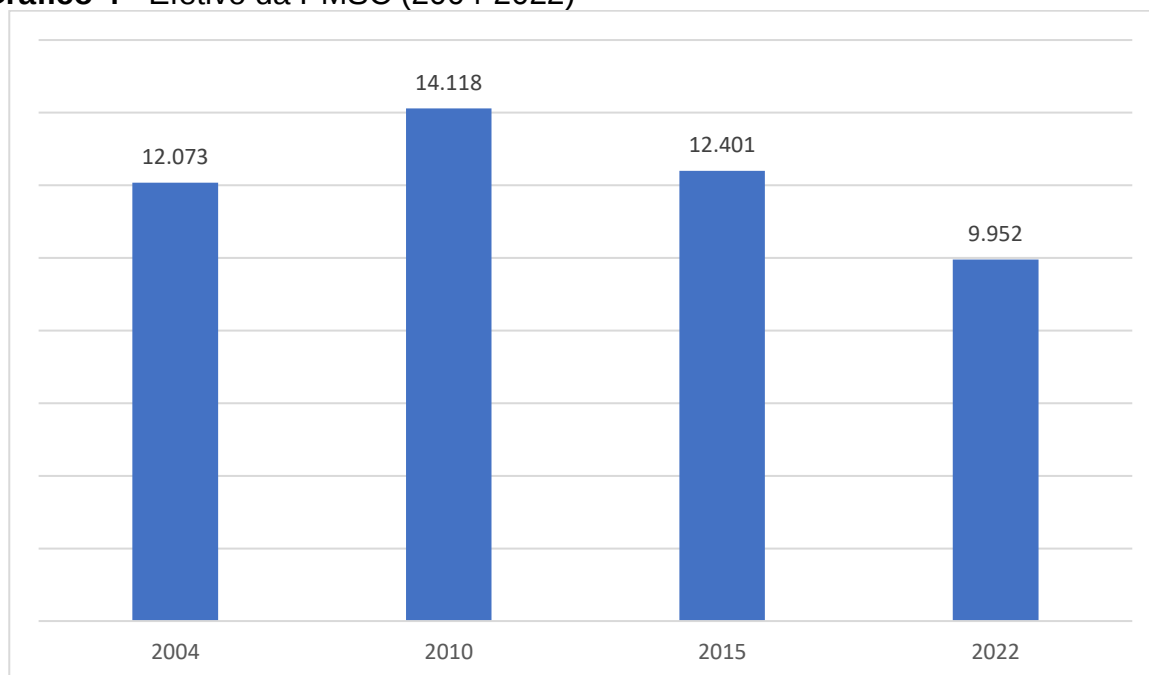
De acordo com o Gráfico 3, a PMESP apresenta o maior número em seu quadro de efetivo em 2015, quando foi registrado um quantitativo de 89.478 PM. De maneira decrescente, segue o ano de 2010 (83.553) e 2022 (82.317). Em tempo, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública não apresentou o quantitativo do efetivo da PMESP referente ao ano de 2004.

Nesse sentido, é possível perceber uma queda no quantitativo do efetivo da PMESP de 2022 em relação a 2015, com uma baixa de 7.161 PM. Trata-se de um número bastante considerável e muito preocupante no que se refere ao cenário nacional, já que a referida PM é a organização policial de maior número no país (Cubas; Alves; Oliveira, 2020).

4.4 Santa Catarina

Nesta seção, foi caracterizado o efetivo da PMSC. Trata-se de uma das organizações mais antigas do Brasil. Portanto, de suma importância em pesquisas que versam sobre a temática que apresentados nesta dissertação.

De acordo com o Gráfico 4:

Gráfico 4 - Efetivo da PMSC (2004-2022)

Fonte: Da pesquisa

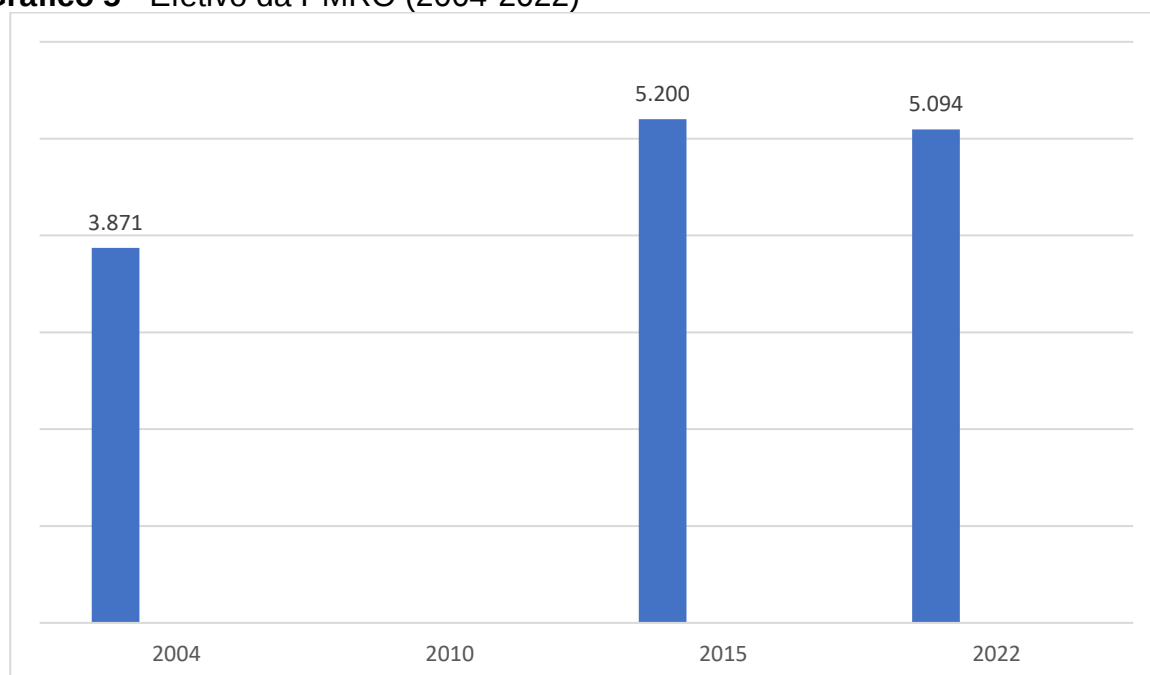
De acordo com o Gráfico 4, a PMSC apresenta o maior número em seu quadro de efetivo em 2010, quando foi registrado um quantitativo de 14.118 PM. De maneira decrescente, segue o ano de 2015 (12.401), de 2004 (12.073) e, por último, de 2022 (9.952).

Nesse sentido, é possível perceber que o ano de 2022 representa o menor quantitativo da PMSC contido no gráfico. Com relação ao ano de 2015, houve uma redução bastante significativa, com um decréscimo de 2.449 PM, algo muito representativo ao Estado de Santa Catarina, uma vez que a PMSC é uma das organizações policiais mais importantes da Região Sul (Ferreira *et al*, 2020).

4.5 Rondônia

Nesta seção, foi caracterizado o efetivo da PMRO. Por ser uma das mais antigas organizações da PM no Norte, entende-se que seu mapeamento é bastante representativo ao cenário regional e nacional.

De acordo com o Gráfico 5:

Gráfico 5 - Efetivo da PMRO (2004-2022)

Fonte: Da pesquisa

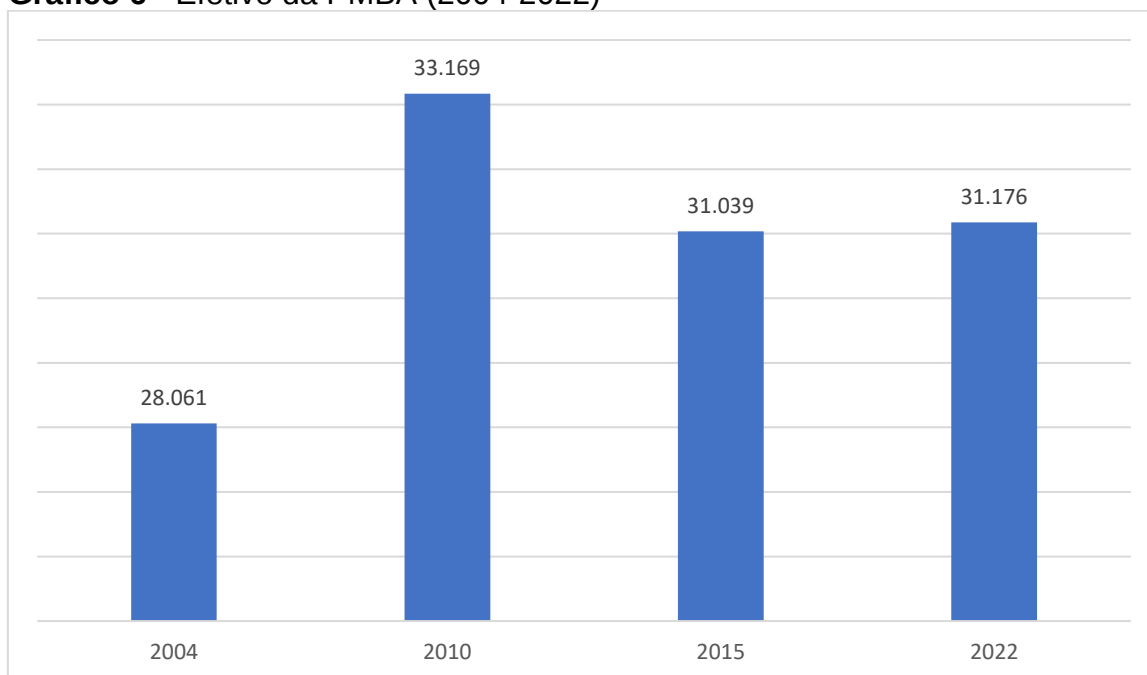
De acordo com o Gráfico 5, a PMRO apresenta o maior número em seu quadro de efetivo em 2015, quando foi registrado um quantitativo de 5.200 PM. De maneira decrescente, segue o ano de 2022 (5.094) e de 2004 (3.871). Em tempo, o Anuário Nacional de Segurança Pública não apresenta os dados referentes ao quantitativo da PMRO no ano de 2010.

Diferentemente das demais PMs, houve pouca redução do número de efetivo de 2022 em relação a 2015. No entanto, ainda assim, é oportuno observar essa pequena disjunção no quantitativo e analisar possíveis fatores que operaram para esta redução (Marçal *et al*, 2020).

4.6 Bahia

Nesta seção, foi caracterizado o efetivo da PMBA. Assim como as demais, o seu mapeamento é bastante representativo ao cenário nacional, considerando o fato de ter um dos maiores quantitativos de efetivo no país.

De acordo com o Gráfico 6:

Gráfico 6 - Efetivo da PMBA (2004-2022)

Fonte: Da pesquisa

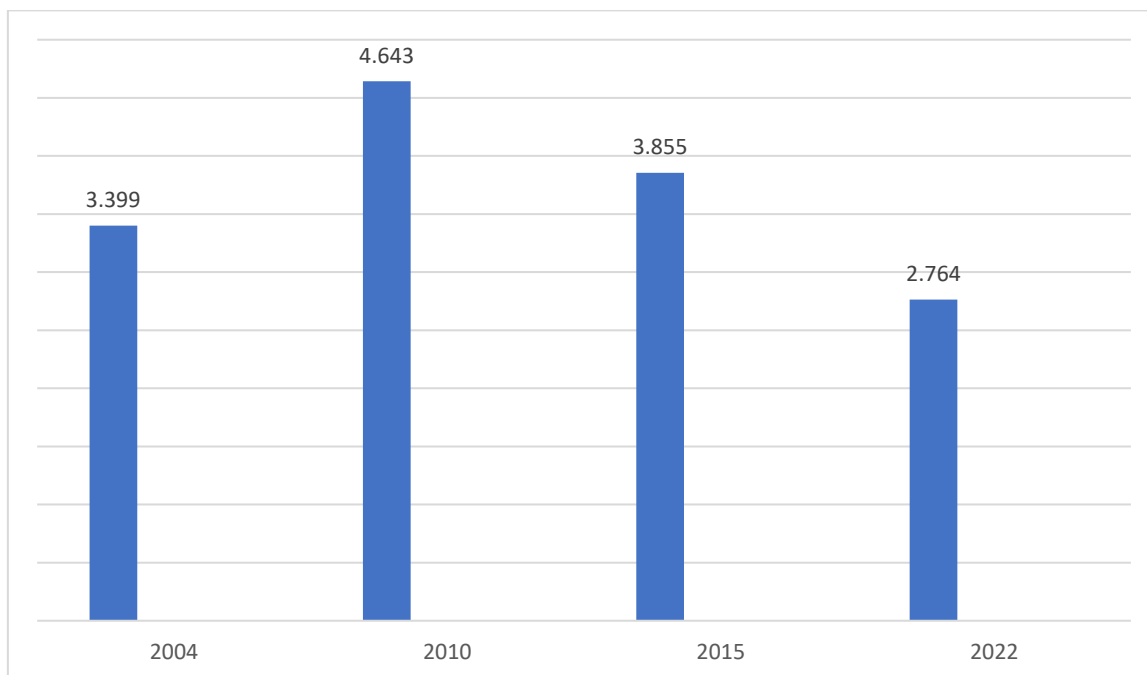
De acordo com o Gráfico 6, a PMBA apresenta o maior número em seu quadro de efetivo em 2010, quando foi registrado um quantitativo de 33.169 PM. De maneira decrescente, segue o ano de 2022 (31.176), de 2015 (31.039) e, por último, de 2004 (28.061).

Nesse sentido, é possível perceber que o ano de 2022 apresentou um pequeno crescimento em relação a 2015, gerando um acréscimo de 137 PM, algo diferente do que foi percebido nos estados mencionados neste trabalho anteriormente. Isso é importante, pois aponta para uma pequena projeção de melhora na segurança pública do Estado da Bahia, o que reforça o papel agregador deste policiamento em toda a Região Nordeste do país (Albuquerque; Machado, 2001).

4.7 Tocantins

Nesta seção, foi caracterizado o efetivo da PMTO. Trata-se da PM que se constitui como foco deste trabalho. O mapeamento das anteriores colabora para o entendimento das consequências do baixo quantitativo de efetivo no Tocantins.

De acordo com o Gráfico 7:

Gráfico 7 - Efetivo da PMTO (2004-2022)

Fonte: Da pesquisa

De acordo com o Gráfico 7, a PMTO apresenta o maior número em seu quadro de efetivo em 2010, quando foi registrado um quantitativo de 4.643 PM. De maneira decrescente, segue o ano de 2015 (3.855), de 2004 (3.399) e, por último, de 2022 (2.764).

Nesse sentido, é possível perceber que o ano de 2022 representa o menor quantitativo da PMTO em todo o gráfico, algo preocupante no que compete à segurança pública do estado. No ano de 2022, em relação a 2015, houve um decréscimo de 1.091 PM, o que representa sérias lacunas no efetivo da PMTO. Trata-se de uma perda severa de policiais, o que compromete diretamente o policiamento ostensivo tocantinense.

4.8 Comparando o Efetivo

Nesta seção, comparou-se os quantitativos de efetivo da PM dos estados acima mencionados entre 2004 e 2022. Esta comparação nos permite perceber o déficit da PMTO em relação ao cenário da Região Norte e também do Brasil como um todo. Isso porque, mesmo em seu ano com o maior número de efetivo, ainda estava bem abaixo do previsto no QOD.

De acordo com o Quadro 5, em que é possível perceber a listagem do quantitativo por estado e por ano correspondente.

Quadro 5 - Comparação dos Efetivos

Estado	2004	2010	2015	2022
Minas Gerais	37.324	45.916	42.115	36.816
Goiás	12.073	14.118	11.950	11.304
São Paulo	---	83.553	89.478	82.317
Santa Catarina	11.769	13.221	12.401	9.952
Rondônia	3.871	---	5.200	5.094
Bahia	28.061	33.169	31.039	31.176
Tocantins	3.399	4.643	2.926	2.764

Fonte: Da pesquisa (2024)

A partir da leitura do Quadro 5, pode-se perceber que a maioria dos estados apresentaram queda no número de efetivo de 2022 em relação a 2015, tal como é possível perceber em Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Tocantins. Como exceção, tem-se apenas a Bahia, que apresentou um pequeno crescimento.

De uma forma geral, o ano de 2010 parece ter sido o período em que as PMs dos referidos estados demonstraram um maior potencial de crescimento, em relação a 2004. É possível perceber isso observando o quantitativo de Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina, Bahia e Tocantins. Os estados de São Paulo e Rondônia não tiveram seus números pontuados no Anuário Nacional de Segurança Pública, respectivamente em 2004 e 2010.

No que compete à PMTO, em especial, é possível perceber que sempre esteve bem baixo dos 9 mil, quantitativo proposto pelas PPS do Estado do Tocantins (Decreto n. 6.776, 2024). Isso, por sua vez, evidencia um alto déficit na segurança pública tocantinense que, ao ser uma das menores e mais novas do país, deve estar preparada para atuar 24h em todos os municípios que compõem o seu território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, foi apresentada uma caracterização do quantitativo de PM de alguns estados brasileiros, de maneira a colaborar para o entendimento do atual cenário da PMTO, considerando, pois, o seu atual quantitativo de efetivo. Nesse sentido, compreende-se que este mapeamento nos ajuda a visualizar o cenário brasileiro com maior propriedade, o que nos dá condições de entender a realidade tocantinense em relação às demais regiões brasileiras.

Para isso, também foram mobilizados saberes teóricos oriundos da GP e das PPS, considerando-as motivadoras para a discussão teórico-metodológica proposta neste trabalho. Partiu-se do princípio de que a articulação entre ambas as vertentes da literatura nos confere condições de pensar nas projeções de causa e consequência que o baixo quantitativo do efetivo da PMTO acarreta junto à segurança pública e o bem-estar social dos cidadãos tocantinenses.

Diante disso, é pertinente retomar à pergunta de pesquisa, elencada na Introdução desta dissertação, a qual faz a seguinte indagação: *De que forma os processos de inclusão de pessoas da PMTO, em contraponto à quantidade de PM que passam para reserva remunerada e do déficit existente, aponta para a necessidade da elaboração de uma proposta de inclusão continuada de pessoas?*

Entende-se que a referida pergunta de pesquisa foi devidamente respondida no decorrer deste trabalho, considerando que, ao comprovar os baixos números do efetivo da PMTO é possível reforçar a necessidade de se repensar as PPS no contexto tocantinense. Isso porque o déficit apresentado pelos dados, que atestam que o efetivo da PMTO sempre esteve bem abaixo do recomendado, demandam uma reformulação urgente das PPS, por meio da qual propostas de inclusão possam ser pensadas e, com isso, o quantitativo de efetivo possa aumentar.

Tal como é evidenciado no Ofício n. 133/2023/DGP SAMP, de 25 de julho de 2023, houve um total de 610 militares transferidos para reserva remunerada entre os anos 2020 e 2022. Isso, por sua vez, explica o impacto causado no efetivo da PMTO.

A baixa demanda de efetivo no quadro da PMTO é algo alarmante. Com isso, infere-se a grande dificuldade que o estado enfrenta no que se refere ao policiamento ostensivo, deixando áreas sem auxílio de segurança 24h, tal como prevê a lei. Isso reafirma a importância deste trabalho, pois é necessário repensar esses pontos e garantir a ordem e a segurança das pessoas de maneira mais efetiva e eficiente.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, C. L. de; MACHADO, E. P. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, nº 5, jan/jun 2001, p.214-237
- ARRETCHE, M. Mitos Da Descentralização Mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Rev. bras. Ci. Soc.**, v.11, n.31, São Paulo, jun. 1996, p. 1-22.
- BAHIA. **Governo do Estado da Bahia**, 2023. Disponível em: << <https://www.bahia.ba.gov.br//>>. Acesso em: 02 ago. 2023.
- BAHIA. **Polícia Militar do Estado da Bahia**, 2024. Disponível em: << <https://www.pm.ba.gov.br/#Concurso//>>. Acesso em: 17 fev. 2024.
- BEATO FILHO, C. C. Políticas Públicas De Segurança E A Questão Policial. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, 1999. p. 13-27.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador**: Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.
- BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.
- BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.
- BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2011.
- BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2007.
- BRASIL. **Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030**. Brasília, 2021.
- CAPELLA, A. C. N. **Formulação de Políticas**. Brasília: Enap, 2018.
- CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. De O. L. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. **RAM**, v. 11, n. 3, Edição Especial, São Paulo, maio/jun 2010.
- CARNEIRO, L. de A.; BARBOSA, G. V. Projeto de pesquisa: um guia prático para

iniciantes na área interdisciplinar. **Revista Sítio Novo**, Palmas v. 4 n. 1 p. 20-32 jan./mar. 2020.

CARNEIRO, R., MENICUCCI, T. M. G. Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes. In FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 1. p. 135-194.

CELLARD, A. A Análise Documental. In.: POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAEBO, G.; MEDEIROS, J. J. Reflexões conceituais em coprodução de políticas públicas e apontamentos para uma agenda de pesquisa. **Cad. EBAPE.BR**, v. 15, nº 3, Artigo 4, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2017, p. 615-628.

CUBAS, V. de O.; ALVES, R.; OLIVEIRA, A. R. de. Tão diferentes e tão iguais: As percepções de policiais civis e militares de São Paulo sobre suas instituições. **Rev. Estud. Conflito Controle Soc.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, set-dez 2020.

DECRETO nº 6.776, de 17 de abril de 2024 e Anexo Único: **Quadro de organização e distribuição do efetivo** - QOD DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS – PMTO. Disponível em: << <https://portal.pm.to.gov.br/normas>>>. Acesso em: 02 jun. 2024.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas: Princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

EDITAL Nº 002/CFO-2009/PMTO – DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL 001/ CFO-2009/PMTO. Disponível em: <<http://www.copese.uft.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1767>>

EVANS, P. Além da “Monocultura Institucional”: Instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 9, jan./jun. 2003, p. 20-63.

FARIA, C. A. P. de. Idéias, Conhecimento E Políticas Públicas Um Inventário Sucinto Das Principais Vertentes Analíticas Recentes. **RBCS**, V. 18, nº. 51 fevereiro/2003, p. 21-29.

FERREIRA, C. C. *et al.* A tecnologia a serviço da segurança pública: caso PMSC mobile. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 16, n. 1, 2020.

GOIÁS. **Governo do Estado de Goiás**, 2023. Disponível em: <<<https://www.goias.gov.br/>>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

GOIÁS. **Polícia Militar do Estado de Goiás**, 2024. Disponível em: <<<https://www.pm.go.gov.br/cursos-e-concursos/>>>. Acesso em: 17 fev. 2024.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Brasília, DF: IBGE, 2022.

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA N.º 001/2017-DGP/ATIT, sobre o **Sistema de Gestão Profissional no âmbito da PMTO**.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

LEI 2578 de 20 de abril de 2012, **Estatuto dos militares tocantinenses**, que elenca os direitos e deveres dos policiais militares do Estado do Tocantins.

LEI COMPLEMENTAR Nº 128, DE 14 DE ABRIL DE 2021. Dispõe sobre a **Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO**, e adota outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 637 de 27 de agosto de 2012. **Institui a Política de Gestão de Pessoas dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo. Sistema de Gestão da Polícia Militar do Estado de São Paulo GESPOL**. 2ª ed.

MARÇAL, H. I. F. *et al.* Vivências de prazer-sofrimento na organização do trabalho dos policiais militares da Região Norte. **Cad. psicol. soc. trab.** vol.23 no.2 São Paulo jul./dez. 2020.

MELLO, C. A. B. de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2014.

MINAS GERAIS. **Governo do Estado de Minas Gerais**, 2023. Disponível em: <<<https://www.mg.gov.br/>>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MINAS GERAIS. **Polícia Militar do Estado de Minas Gerais**, 2024. Disponível em: <<<https://inscricaoocrs.policiamilitar.mg.gov.br/#/concurso/search/1/>>>. Acesso em: 17 fev. 2024.

MOTTA, P. R. de M. O Estado Da Arte Da Gestão Pública. **RAE**, São Paulo, v. 53, n. 1, jan/ fev 2013. p. 82-90.

OLIVEIRA, J. A. P. de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **RAP**, Rio de Janeiro, V. 40, N.1, Mar./Abr. 2006, p. 273-88.

OLIVO, L. C. C. de. **Direito Administrativo**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES: UAB, 2015.

PEREIRA, B. G.; ANGELOCCI, M. A. **Metodologia da Pesquisa**. Pará de Minas (MG): Editora Virtual Books, 2021.

RONDÔNIA. **Governo do Estado de Rondônia**, 2023. Disponível em: <<<https://rondonia.ro.gov.br/portal/>>>. Acesso em: 02 ago. 2023.

RONDÔNIA. **Polícia Militar do Estado de Rondônia**, 2024. Disponível em: <<https://www.pm.ro.gov.br/?page_id=38307>>. Acesso em: 17 fev. 2024.

RUA, M. das G. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.

SANTA CATARINA. **Governo do Estado de Santa Catarina**, 2023. Disponível em: <<<https://www.sc.gov.br/>>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

SANTA CATARINA. **Polícia Militar do Estado de Santa Catarina**, 2024. Disponível em: <<<https://www.pm.sc.gov.br/concursos/concursos-para-soldados-da-pmsc> e <https://www.pm.sc.gov.br/concursos/concursos-para-oficiais-da-pmsc/>>>. Acesso em: 17 fev. 2024.

SÃO PAULO. **Governo do Estado de São Paulo**, 2023. Disponível em: <<<https://www.saopaulo.sp.gov.br/>>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

SÃO PAULO. **Polícia Militar do Estado de São Paulo**, 2024. Disponível em: <<<https://www.concursos.policiamilitar.sp.gov.br/concurso/>>>. Acesso em: 17 fev. 2024.

SÁ-SILVA, J. R. *et al.* Pesquisa Documental: Pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I, n. I. 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

TOCANTINS. [Constituição (2011)] **Constituição do Estado do Tocantins, de 21 de dezembro de 2011**. Tocantins, TO. Disponível em: <<<https://central3.to.gov.br/arquivo/470931/>>> Acesso em: 23 dez. 2022.

TOCANTINS. **Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins**. Tocantins, TO. 2012. Disponível em: <<<https://central3.to.gov.br/arquivo/269664#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20dos,Tocantins%2C%20e%20adota%20outras%20provid%C3%AAs>>>. Acesso em: 23 dez. 2022.

TOCANTINS. **Policiais Militar do Estado do Tocantins**. 2024. Disponível em: <<<https://www.to.gov.br/pm/concursos/yq7tgad9dkk>>>. Acesso em: 14 fev. 2024.

TOCANTINS. **Governo do Estado do Tocantins**. 2024. Disponível em: <<<https://www.to.gov.br/pge/o-tocantins/bc6xc8ay67l>>>. Acesso em: 14 fev. 2024.

TOCANTINS. Diretoria de Gestão Profissional. **Ofício circular 133/DGP SAMP**. Palmas, TO: Diretoria de Gestão Profissional, 25 jul. 2023.

VIEIRA, A. F. S. **A Importância da BR-153 para a Logística e Distribuição da Produção do Estado do Tocantins**. 2022. 23f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Logística). Universidade Federal do Tocantins, UFT, Araguaína, 2022.

VILARINHO, T. F.; CUNHA, E. C. A contribuição do CPU como primeiro contato do soldado recém-formado. **RHM**, v. 21, n. 02, Jul/Dez 2021.

ANEXO

RELATÓRIO TÉCNICO

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS: MAPEAMENTO DO EFETIVO DA PMTO E O DÉFICIT EXISTENTE

Relatório técnico apresentado pela mestrandia Alana Cristina dos Santos Moraes Nunes, ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação da docente Dra. Darlene Teixeira Castro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

RESUMO RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO

A segurança pública é um dos pilares da sociedade de uma nação, garantindo a ordem, a segurança e o bem-estar de todos os cidadãos, sendo, pois, um direito básico de todos. Diante disso, o objetivo deste Relatório Técnico é analisar os processos de inclusão de pessoas da Polícia Militar do Tocantins (PMTO), em contraponto à quantidade de PM que passam para reserva remunerada e do déficit existente, verificando a necessidade da elaboração de uma proposta de inclusão continuada de pessoas. Este objetivo, por sua vez, dá margem à seguinte problemática de investigação: De que forma os processos de inclusão de pessoas da PMTO, em contraponto à quantidade de PM que passam para reserva remunerada e do déficit existente, aponta para a necessidade da elaboração de uma proposta de inclusão continuada de pessoas? Para responder a esta indagação, mobilizamos uma fundamentação teórica desenvolvida a partir da interface entre Políticas Públicas de Segurança (PPS) e Gestão de Pessoas (GP), uma vez que são saberes teóricos que problematizam aspectos ligados às demandas públicas de segurança em vários âmbitos. A metodologia utilizada é de natureza documental, pois analisamos documentos públicos que evidenciam o déficit no quantitativo de efetivo da PMTO, possibilitando as discussões travadas tanto na dissertação, quanto no presente relatório técnico. A pesquisa revela que a PMTO, desde a aprovação do Quadro de Organização e Distribuição (QOD), sempre apresentou um quantitativo bem abaixo do número proposto pelas PPS do Estado, emergindo disso a necessidade de propostas de inclusão de pessoas para aumentar esse quadro efetivo e, com isso, minimizar os problemas de segurança que venham a afetar a referida unidade federativa.

Palavras-chave: Gestão de Pessoas. Polícia Militar do Tocantins. Políticas Públicas de Segurança.

CONTEXTO

Neste Relatório Técnico, nos é de interesse as demandas advindas da Polícia Militar do Tocantins (PMTO), considerando o seu quantitativo geral, bem como em cada município tocantinense. Isso, por sua vez, nos convida a pensar em questões

de vulnerabilidade no que se refere à segurança pública, uma vez que o efetivo parece ser insuficiente para atender todos os municípios tocaninenses em assistência com escalas 24h por dia.

Nesse contexto, trazemos reflexões acerca da relação entre efetivo da PMTO e as demandas de Políticas Públicas de Segurança (PPS) que visam garantir a ordem e o bem-estar coletivo no estado. Na PMTO, de acordo com a LEI COMPLEMENTAR Nº 128, DE 14 DE ABRIL DE 2021, cabe à Diretoria de Gestão Profissional (DGP) a execução, a coordenação, a fiscalização, o acompanhamento e o controle das matérias relacionadas aos profissionais da Corporação; o assessoramento de Comissões; a identificação e a expedição da identidade funcional da Polícia Militar (PM). Compete à Diretoria de Pessoal as atividades relacionadas a administração de pessoal (militares da ativa, inativos, pensionistas e servidores civis) da PMTO.

Nesse caso, emerge a Polícia Militar (PM) como uma corporação ligada à administração pública, que tem como papel zelar pela ordem e segurança pública por meio de um policiamento ostensivo. Em outras palavras, a PM é uma representação do Estado no que compete a sua intervenção nas práticas de ordem e segurança do seio em que opera, com vistas a garantir o bem-estar social (Brasil, 1988; Tocantins, 2012; Tocantins, 2011).

Assim, a PM tem como responsabilidade zelar pela ordem pública, por meio do policiamento ostensivo, estando diretamente subordinada ao poder executivo. Por isso, cabe ao governo do estado operar, na condição de detentor do poder, organizar processos seletivos para ingresso de novos policiais, bem como de redistribuir aqueles que já constituem o bojo do efetivo atuante (Brasil, 1988; Tocantins, 2012; Tocantins, 2011).

A partir desses princípios legais, redirecionamos nosso olhar à PMTO, corporação que assume posição protagonista nesta investigação científica. Entendemos que é necessário levar em consideração a dinâmica específica do estado do Tocantins para, assim, construirmos um percurso de análise do efetivo da PMTO. Isso porque o Tocantins se constitui como um estado jovem, em relação aos demais da federação brasileira, o que lhe permite problemas estruturais ainda pequenos no cenário nacional, em detrimento de outros estados maiores e já com um efetivo maior.

Nesse sentido, fica assegurado que o servidor da PMTO, no devido exercício da sua função, tendo tomado posse do cargo de policial devidamente por intermédio de concurso público, não poderá se submeter a greves e nem a sindicalizações, bem

como não poderá ter filiação a quaisquer partidos políticos, tal como é definido nos incisos 5 e 6, respectivamente, do Artigo 13 da Constituição do Estado do Tocantins. Isso garante dedicação exclusiva ao policiamento ostensivo, o que corrobora na manutenção da segurança pública tocantinense dentro das limitações permitidas pelo efetivo da PMTO (Tocantins, 2011).

Nesse sentido, pensar no atual efetivo da PMTO é compreender as dinâmicas de Segurança Pública do estado do Tocantins, partindo da premissa de que o Quadro de Organização e Distribuição do Efetivo (QOD) da PMTO segue as orientações propostas no DECRETO n° 6776, de 17 de abril de 2024, o qual prevê um número de 9 mil policiais. Isso, por sua vez, mostra-se como algo bastante distante do que se apresenta na realidade, já que, conforme a DGP do Estado do Tocantins, o efetivo atualmente conta com 3.524 policiais (junho de 2023).

Outro ponto importante a ser mencionado é o novo Plano de Articulação 2024 da PMTO, aprovado em 14 de fevereiro de 2024, se comparado com o plano de articulação de 2022 nós passamos de 09 (nove) para 14 batalhões - BPMs, que anteriormente eram Companhias Independentes - CIPM, um batalhão deveria ter uma estrutura e um efetivo policial maior que uma CIPM. No entanto, pelo efetivo escasso, o quantitativo não foi aumentado.

Portanto, a disjunção entre o que é proposto pelas PPS no Tocantins e o quadro de efetivo da PMTO tem por consequência municípios desassistidos em tempo integral, tendo uma vigilância pontual. Entendemos que isso colabora para sucessivas oportunidades de desamparo social, o que pode deixar a população à mercê de situações crescentes de violência.

PÚBLICO-ALVO

O público-alvo deste Relatório Técnico é Instituição Polícia Militar do Estado do Tocantins, considerando suas especificidades, quantitativo e condições concretas de trabalho junto à população. Para fazermos a comparação, partimos do princípio do que sugere as leis que orientam o número de efetivo de policiais militares do estado, tendo também como comparativo o efetivo de outros estados.

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

Diante de tudo isso, é pertinente propor o seguinte problema de pesquisa: De que forma os processos de inclusão de pessoas da PMTO, em contraponto à quantidade de PM que passam para reserva remunerada e do déficit existente, aponta para a necessidade da elaboração de uma proposta de inclusão continuada de pessoas?

OBJETIVOS DA PROPOSTA

Objetivo Geral

- Analisar os processos de inclusão de pessoas da PMTO, em contraponto à quantidade de PM que passam para reserva remunerada e do déficit existente.

Objetivos Específicos

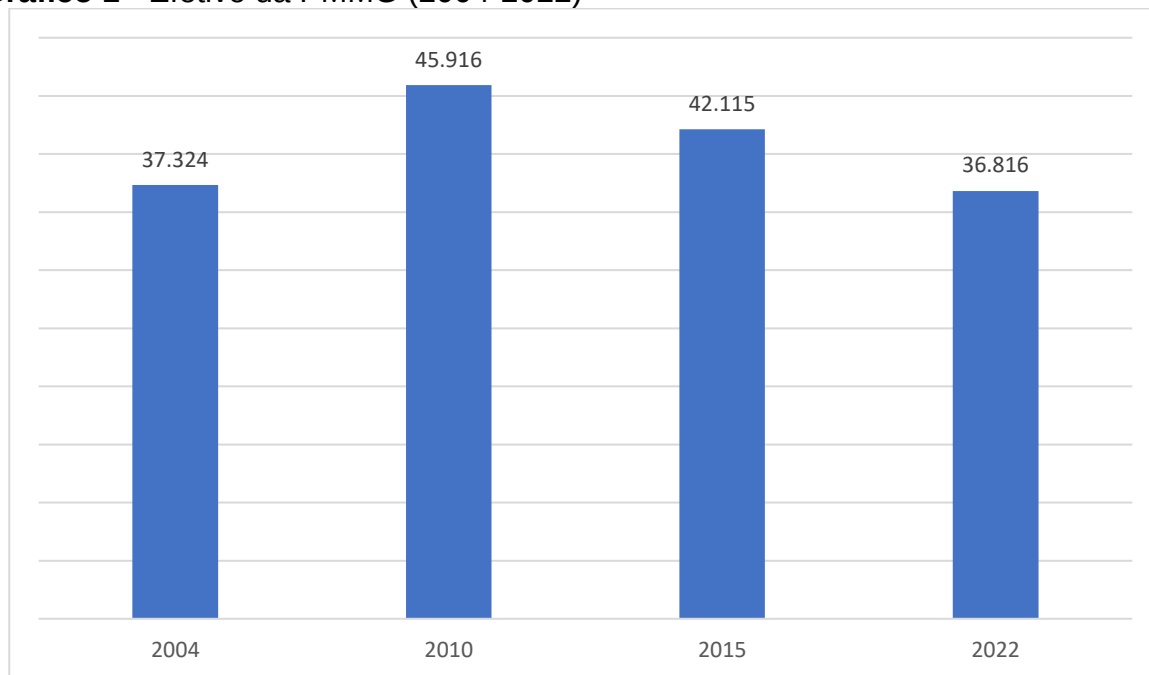
- Examinar o efetivo da PMTO, no que se refere ao quantitativo de PM na ativa, bem como a quantidade necessária à realização das atividades da instituição, por meio de uma comparação do efetivo no decorrer dos anos;
- Verificar o planejamento e a periodicidade de inclusão de PM, implementados em outras polícias militares, trazendo o exemplo de uma coirmã de cada região do Brasil e como são realizados esses processos, por meio de um mapeamento feito no Anuário Brasileiro de Segurança Pública;
- Elencar os benefícios gerados à PMTO pela elaboração e implementação de uma inclusão continuada de pessoas, por intermédio de uma proposta de ingresso continuado.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Minas Gerais

Nesta seção, caracterizamos o efetivo da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). Por ser uma das maiores organizações policiais militares no Brasil, entendemos que seu mapeamento é bastante representativo ao cenário nacional.

Gráfico 1 - Efetivo da PMMG (2004-2022)



Fonte: Da pesquisa

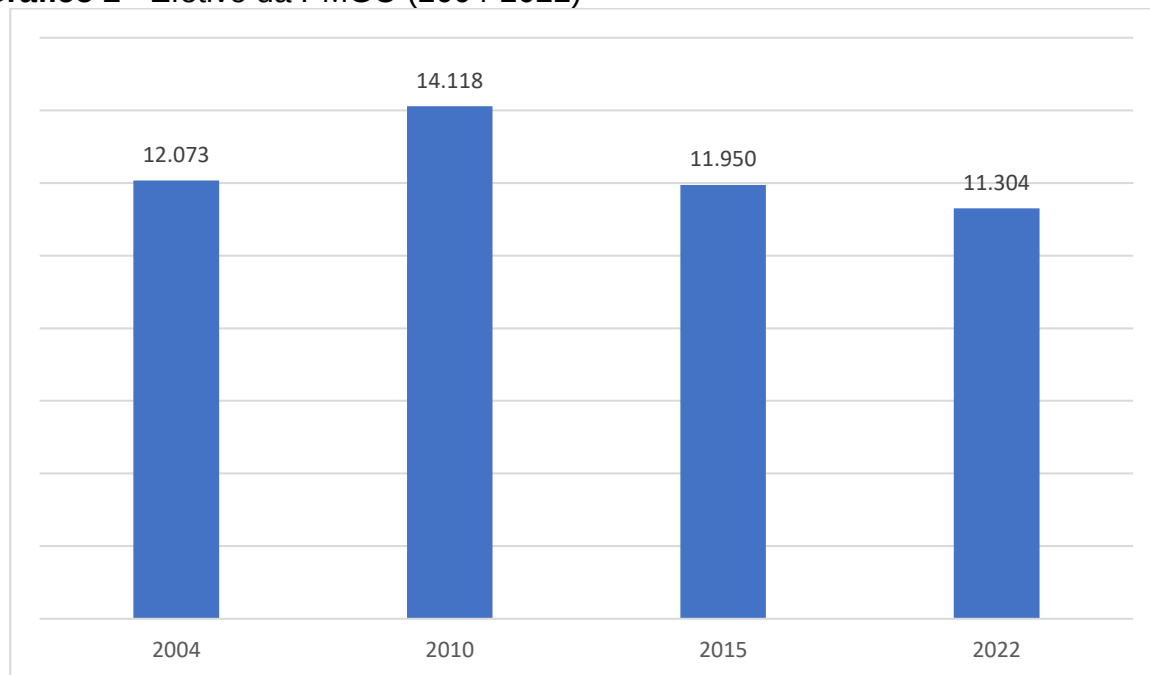
De acordo com o Gráfico 1, a PMMG apresenta o maior número em seu quadro de efetivo em 2010, quando foi registrado um quantitativo de 45.916 PM. De maneira decrescente, segue o ano de 2015 (42.115), de 2004 (37.324) e, por último, de 2022 (36.816). Nesse sentido, é possível perceber que o ano de 2022 representa o menor quantitativo da PMMG, representando uma queda expressiva no número de efetivo em relação a 2015. Isso, por sua vez, representa um ponto negativo à segurança pública de Minas Gerais, pois significa uma baixa no campo do policiamento ostensivo no estado, uma vez que Minas Gerais é o segundo estado mais populoso do Brasil, conforme IBGE (2022).

Goiás

Nesta seção, caracterizamos o efetivo da Polícia Militar de Goiás (PMGO). Trata-se de uma organização que apresenta alguma similaridade com a realidade do

Tocantins, tanto por questões geográficas, quanto por questões históricas. Por isso, entendemos que o mapeamento do seu efetivo é representativo para o entendimento da PMTO.

Gráfico 2 - Efetivo da PMGO (2004-2022)



Fonte: Da pesquisa

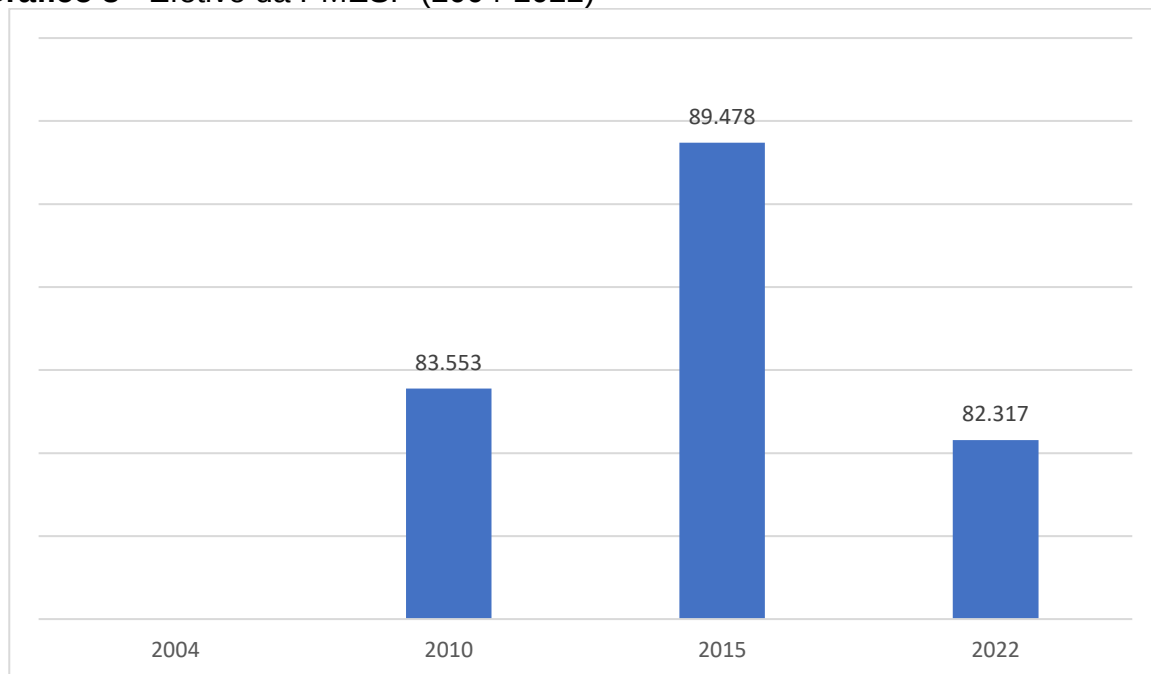
De acordo com o Gráfico 2, a PMGO apresenta o maior número em seu quadro de efetivo em 2010, quando foi registrado um quantitativo de 14.118 PM. De maneira decrescente, segue o ano de 2004 (12.073), de 2015 (11.950) e, por último, de 2022 (11.304). De acordo com a linha do tempo, o ano de 2022 apresenta o menor quantitativo da PMGO, de modo a ilustrar uma queda no número do efetivo em relação a 2010. Isso, por sua vez, pode gerar reflexos em toda a região, uma vez que a segurança pública do Goiás exerce grande importância, sobretudo nos estados vizinhos, como é o caso do Tocantins (Vilarinho; Cunha, 2021).

São Paulo

Nesta seção, caracterizamos o efetivo da Polícia Militar de São Paulo (PMESP). Trata-se da maior PM do Brasil, considerando, pois, as demandas geográficas e

demográficas do Estado de São Paulo. Entendemos que seu mapeamento é bastante representativo ao cenário nacional.

Gráfico 3 - Efetivo da PMESP (2004-2022)



Fonte: Da pesquisa

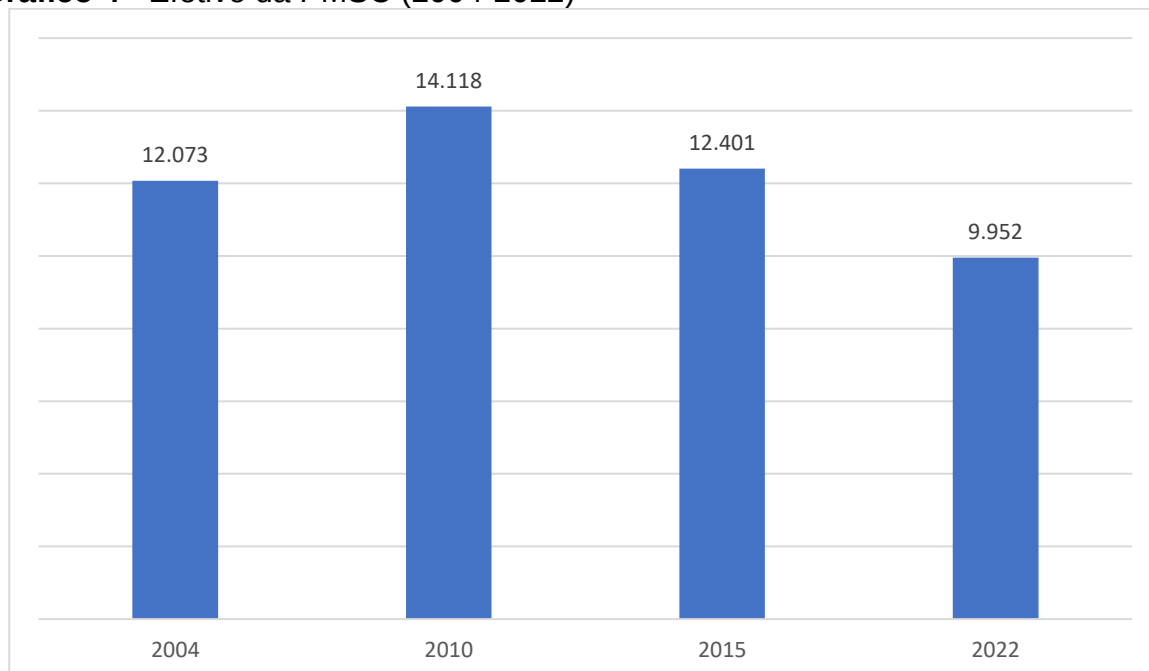
De acordo com o Gráfico 3, a PMESP apresenta o maior número em seu quadro de efetivo em 2015, quando foi registrado um quantitativo de 89.478 PM. De maneira decrescente, segue o ano de 2010 (83.553) e 2022 (82.317). Em tempo, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública não apresentou o quantitativo do efetivo da PMESP referente ao ano de 2004. Nesse sentido, é possível perceber uma queda no quantitativo do efetivo da PMESP de 2022 em relação a 2015, com uma baixa de 7.161 PM. Trata-se de um número bastante considerável e muito preocupante no que se refere ao cenário nacional, já que a referida PM é a organização policial de maior número no país (Cubas; Alves; Oliveira, 2020).

Santa Catarina

Nesta seção, caracterizamos o efetivo da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC). Trata-se de uma das organizações mais antigas do Brasil. Portanto, de suma

importância em pesquisas que versam sobre a temática que apresentados nesta dissertação.

Gráfico 4 - Efetivo da PMSC (2004-2022)

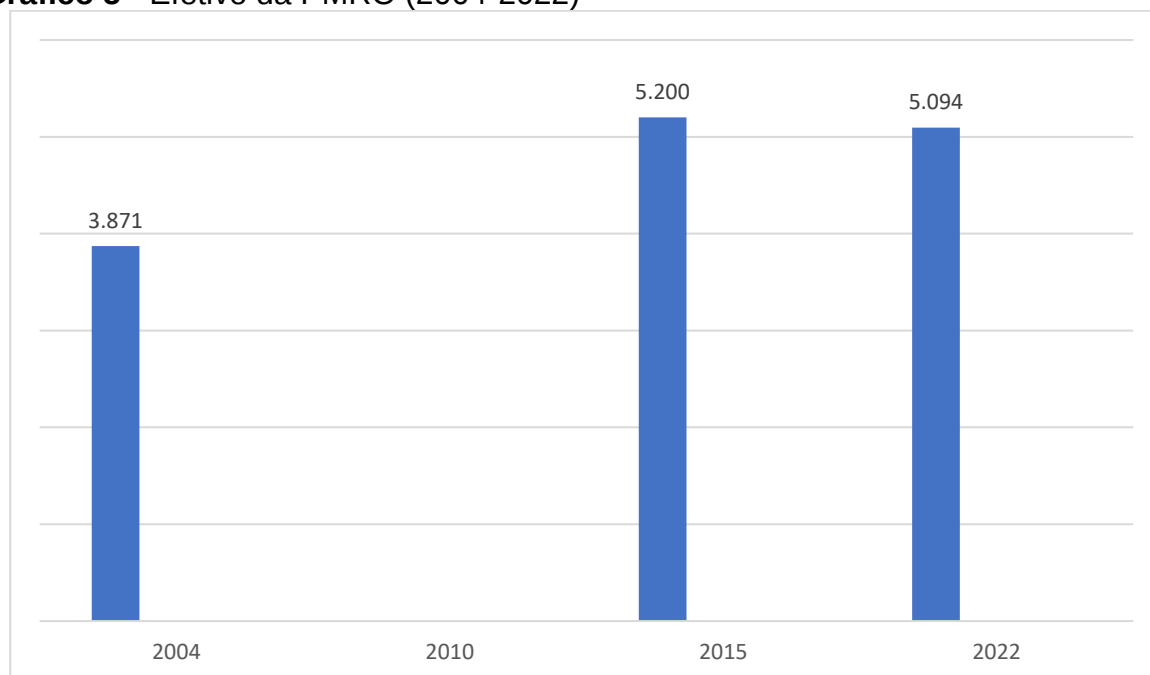


Fonte: Da pesquisa

De acordo com o Gráfico 4, a PMSC apresenta o maior número em seu quadro de efetivo em 2010, quando foi registrado um quantitativo de 14.118 PM. De maneira decrescente, segue o ano de 2015 (12.401), de 2004 (12.073) e, por último, de 2022 (9.952). Nesse sentido, é possível perceber que o ano de 2022 representa o menor quantitativo da PMSC contido no gráfico. Com relação ao ano de 2015, houve uma redução bastante significativa, com um decréscimo de 2.449 PM, algo muito representativo ao Estado de Santa Catarina, uma vez que a PMSC é uma das organizações policiais mais importantes da Região Sul (Ferreira et al, 2020).

Rondônia

Nesta seção, caracterizamos o efetivo da Polícia Militar de Rondônia (PMRO). Por ser uma organização policial militar bem representativa da região Norte, entendemos que seu mapeamento é bastante relevante ao cenário regional e nacional.

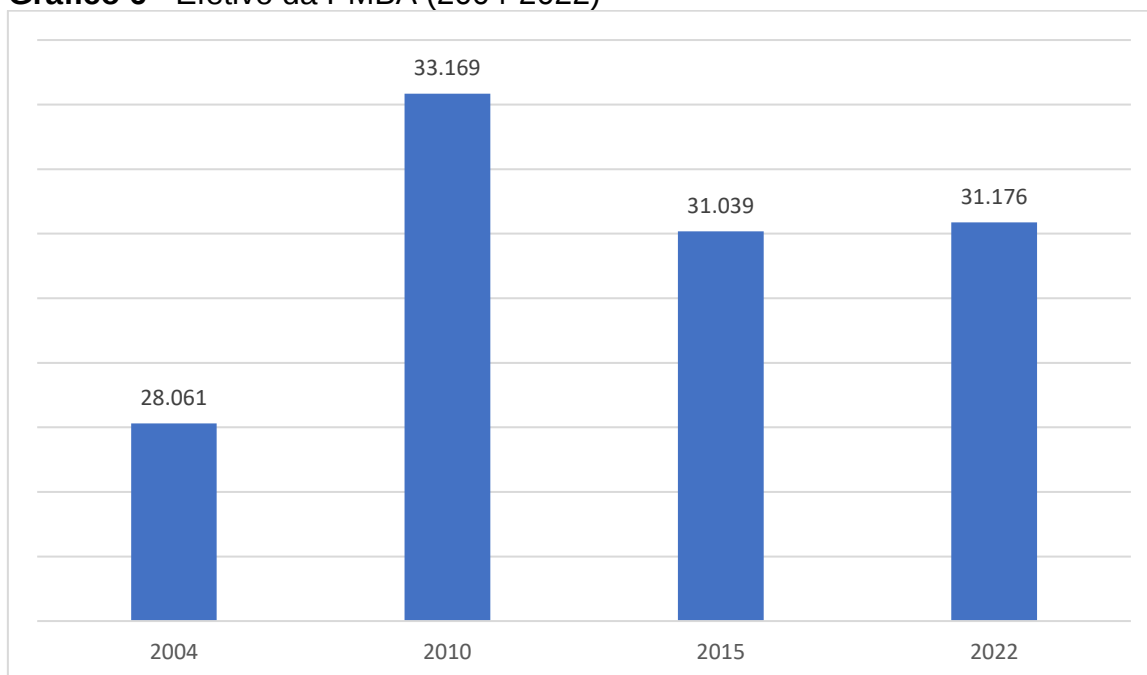
Gráfico 5 - Efetivo da PMRO (2004-2022)

Fonte: Da pesquisa

De acordo com o Gráfico 5, a PMRO apresenta o maior número em seu quadro de efetivo em 2015, quando foi registrado um quantitativo de 5.200 PM. De maneira decrescente, segue o ano de 2022 (5.094) e de 2004 (3.871). Em tempo, o Anuário Nacional de Segurança Pública não apresenta os dados referentes ao quantitativo da PMRO no ano de 2010. Diferentemente das demais PMs, houve pouca redução do número de efetivo de 2022 em relação a 2015. No entanto, ainda assim, é oportuno observar essa pequena disjunção no quantitativo e analisar possíveis fatores que operaram para esta redução (Marçal et al, 2020).

Bahia

Nesta seção, caracterizamos o efetivo da Polícia Militar da Bahia (PMBA). Assim como as demais, o seu mapeamento é bastante representativo ao cenário nacional, considerando o fato de ter um dos maiores quantitativos de efetivo no país.

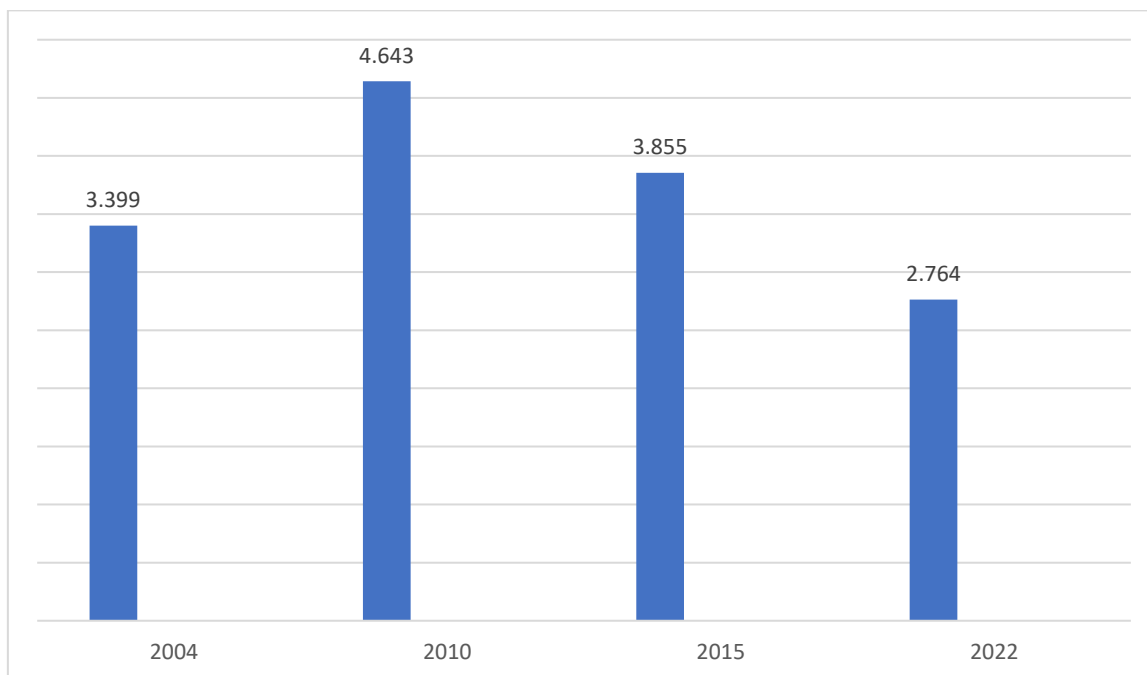
Gráfico 6 - Efetivo da PMBA (2004-2022)

Fonte: Da pesquisa

De acordo com o Gráfico 6, a PMBA apresenta o maior número em seu quadro de efetivo em 2010, quando foi registrado um quantitativo de 33.169 policiais militares. De maneira decrescente, segue o ano de 2022 (31.176), de 2015 (31.039) e, por último, de 2004 (28.061). Nesse sentido, é possível perceber que o ano de 2022 apresentou um pequeno crescimento em relação a 2015, gerando um acréscimo de 137 PMs, algo diferente do que foi percebido nos estados mencionados neste trabalho anteriormente. Isso é importante, pois aponta para uma pequena projeção de melhora na segurança pública do Estado da Bahia, o que reforça o papel agregador deste policiamento em toda a Região Nordeste do país (Albuquerque; Machado, 2001).

Tocantins

Nesta seção, caracterizamos o efetivo da PMTO. Trata-se da PM que se constitui como foco deste trabalho. O mapeamento das anteriores colabora para o entendimento das consequências do baixo quantitativo de efetivo no Tocantins.

Gráfico 7 - Efetivo da PMTO (2004-2022)

Fonte: Da pesquisa

De acordo com o Gráfico 7, a PMTO apresenta o maior número em seu quadro de efetivo em 2010, quando foi registrado um quantitativo de 4.643 PM. De maneira decrescente, segue o ano de 2015 (3.855), de 2004 (3.399) e, por último, de 2022 (2.764). Nesse sentido, é possível perceber que o ano de 2022 representa o menor quantitativo da PMTO em todo o gráfico, algo preocupante no que compete à segurança pública do estado. No ano de 2022, em relação a 2015, houve um decréscimo de 1.091 PM, o que representa sérias lacunas no efetivo da PMTO. Trata-se de uma perda severa de policiais, o que compromete diretamente o policiamento ostensivo tocantinense.

COMPARANDO O EFETIVO

Nesta seção, vamos comparar os quantitativos de efetivo da PM dos estados acima mencionados entre 2004 e 2022. Esta comparação nos permite perceber o déficit da PMTO em relação ao cenário da Região Norte e também do Brasil como um todo. Isso porque, mesmo em seu ano com o maior número de efetivo, ainda estava bem abaixo do previsto no QOD. No Quadro 1, é possível perceber a listagem do quantitativo por estado e por ano correspondente.

Quadro 1 - Comparação dos Efetivos

Estado	2004	2010	2015	2022
Minas Gerais	37.324	45.916	42.115	36.816
Goiás	12.073	14.118	11.950	11.304
São Paulo	---	83.553	89.478	82.317
Santa Catarina	11.769	13.221	12.401	9.952
Rondônia	3.871	---	5.200	5.094
Bahia	28.061	33.169	31.039	31.176
Tocantins	3.399	4.643	2.926	2.764

Fonte: Da pesquisa (2024)

A partir da leitura do Quadro 1, podemos perceber que a maioria dos estados apresentaram queda no número de efetivo de 2022 em relação a 2015, tal como é possível perceber em Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Tocantins. Como exceção, temos apenas a Bahia, que apresentou um pequeno crescimento. De uma forma geral, o ano de 2010 parece ter sido o período em que as PMs dos referidos estados demonstraram um maior potencial de crescimento, em relação a 2004.

É possível perceber isso observando o quantitativo de Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina, Bahia e Tocantins. Os estados de São Paulo e Rondônia não tiveram seus números pontuados no Anuário Nacional de Segurança Pública, respectivamente em 2004 e 2010. No que compete à PMTO, em especial, é possível perceber que sempre esteve bem baixo dos 9 mil, quantitativo proposto pelas PPS do Estado do Tocantins (DECRETO nº 6776, de 2024). Isso, por sua vez, evidencia um alto déficit na segurança pública tocantinense que, ao ser uma das menores e mais novas do país, deve estar preparada para atuar 24h em todos os municípios que compõem o seu território.

Em outras palavras, pensar no quantitativo de efetivo da PMTO é, sobretudo, entender as dinâmicas sociais do Estado do Tocantins, que, por ser o mais novo da federação, ainda apresenta uma conjuntura com problemas elementares, em comparação aos demais estados listados nesta pesquisa. Por isso, é necessário rever as PPS tocantinenses, uma vez que isso deve favorecer o bem-estar e segurança dos cidadãos.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A proposta de intervenção contida neste Relatório Técnico consiste na implantação de uma política pública que possa oferecer concursos públicos regularmente de maneira anual e de forma progressiva. Isso, por sua vez, nos parece uma medida eficaz à diminuição do déficit, considerando um tempo de médio a longo prazo.

Diante disso, consideramos pertinente se for do interesse da PMTO, designar uma comissão com as seções de Estado Maior envolvidas no processo de seleção e inclusão, que possa analisar a viabilidade de implementar o processo seletivo público anual que contemple um período de 5 (cinco) anos, ou o máximo permitido pela lei, em detrimento de um processo de contratação para cada concurso.

Entendemos, portanto, que o ingresso continuado de policiais por intermédio de concursos públicos anuais é uma possibilidade de colaborar com a melhora do panorama identificado nesse trabalho. Dessa forma, partimos do pressuposto de que se o ingresso for contínuo, é possível aumentar o efetivo da PMTO a longo prazo e, com isso, ter maiores condições de atender às demandas emergentes, garantindo, assim, maiores condições de segurança pública ao Estado do Tocantins.

RESPONSÁVEIS PELA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Os responsáveis pela proposta de intervenção prevista neste Relatório Técnico é a PMTO, por intermédio de comissão de concurso público é a Diretoria de Gestão Profissional (DGP), responsável por gerir e acompanhar a execução da referida proposta.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Governo do Estado da Bahia**, 2023. Disponível em: << <https://www.bahia.ba.gov.br//>>>. Acesso em: 02 ago. 2023.

BAHIA. **Polícia Militar do Estado da Bahia**, 2024. Disponível em: << <https://http://www.pm.ba.gov.br/#Concurso//>>>. Acesso em: 17 fev. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2011.

BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2007.

BRASIL. **Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030**. Brasília, 2021.

DECRETO nº 6.776, de 17 de abril de 2024 e Anexo Único: **Quadro de organização e distribuição do efetivo** - QOD DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS – PMTO. Disponível em: << <https://portal.pm.to.gov.br/normas>>>. Acesso em: 02 jun. 2024.

GOIÁS. **Governo do Estado de Goiás**, 2023. Disponível em: <<<https://www.goias.gov.br/>>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

GOIÁS. **Polícia Militar do Estado de Goiás**, 2024. Disponível em: <<<https://www.pm.go.gov.br/cursos-e-concursos/>>>. Acesso em: 17 fev. 2024.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Brasília, DF: IBGE, 2022.

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA N.º 001/2017-DGP/ATIT, sobre o **Sistema de Gestão Profissional no âmbito da PMTO**.

LEI 2578 de 20 de abril de 2012, **Estatuto dos militares tocantinenses**, que elenca os direitos e deveres dos policiais militares do Estado do Tocantins.

LEI COMPLEMENTAR Nº 128, DE 14 DE ABRIL DE 2021. Dispõe sobre a **Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO**, e adota outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 637 de 27 de agosto de 2012. **Institui a Política de Gestão de Pessoas dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo. Sistema de Gestão da Polícia Militar do Estado de São Paulo GESPOL**. 2ª ed.

MINAS GERAIS. **Governo do Estado de Minas Gerais**, 2023. Disponível em: <<<https://www.mg.gov.br/>>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MINAS GERAIS. **Polícia Militar do Estado de Minas Gerais**, 2024. Disponível em: <<<https://inscricaoocrs.policiamilitar.mg.gov.br/#/concurso/search/1/>>>. Acesso em: 17 fev. 2024.

RONDÔNIA. **Governo do Estado de Rondônia**, 2023. Disponível em: <<<https://rondonia.ro.gov.br/portal/>>>. Acesso em: 02 ago. 2023.

RONDÔNIA. **Polícia Militar do Estado de Rondônia**, 2024. Disponível em: <<https://www.pm.ro.gov.br/?page_id=38307>>. Acesso em: 17 fev. 2024.

SANTA CATARINA. **Governo do Estado de Santa Catarina**, 2023. Disponível em: <<<https://www.sc.gov.br/>>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

SANTA CATARINA. **Polícia Militar do Estado de Santa Catarina**, 2024. Disponível em: <<<https://www.pm.sc.gov.br/concursos/concursos-para-soldados-da-pmsc> e <https://www.pm.sc.gov.br/concursos/concursos-para-oficiais-da-pmsc/>>>. Acesso em: 17 fev. 2024.

SÃO PAULO. **Governo do Estado de São Paulo**, 2023. Disponível em: <<<https://www.saopaulo.sp.gov.br/>>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

SÃO PAULO. **Polícia Militar do Estado de São Paulo**, 2024. Disponível em: <<<https://www.concursos.policiamilitar.sp.gov.br/concurso/>>>. Acesso em: 17 fev. 2024.

TOCANTINS. [Constituição (2011)] **Constituição do Estado do Tocantins, de 21 de dezembro de 2011**. Tocantins, TO. Disponível em: <<<https://central3.to.gov.br/arquivo/470931/>>>. Acesso em: 23 dez. 2022.

TOCANTINS. **Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins**. Tocantins, TO. 2012. Disponível em: <<<https://central3.to.gov.br/arquivo/269664#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20dos,Tocantins%2C%20e%20adota%20outras%20provid%C3%AAs>>>. Acesso em: 23 dez. 2022.

TOCANTINS. **Policiais Militar do Estado do Tocantins**. 2024. Disponível em: <<<https://www.to.gov.br/pm/concursos/yq7tgad9dkk>>>. Acesso em: 14 fev. 2024.

TOCANTINS. **Governo do Estado do Tocantins**. 2024. Disponível em: <<<https://www.to.gov.br/pge/o-tocantins/bc6xc8ay67l>>>. Acesso em: 14 fev. 2024.

TOCANTINS. Diretoria de Gestão Profissional. **Ofício circular 133/DGP SAMP**. Palmas, TO: Diretoria de Gestão Profissional, 25 jul. 2023.

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DO PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO

Ao Excelentíssimo Senhor,
Márcio Antônio Barbosa de Mendonça - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO - Secretário de Estado

Pelo presente, encaminhamos o produto técnico-tecnológico intitulado “O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS: MAPEAMENTO DO EFETIVO DA PMTO E O DÉFICIT EXISTENTE”, derivado da dissertação de mestrado de mesmo título, de autoria da mestrandia ALANA CRISTINA DOS SANTOS MORAIS NUNES.

Os documentos citados foram desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap), instituição associada Universidade Federal do Tocantins - UFT.

A solução técnico-tecnológica é apresentada sob a forma de um “Relatório Técnico Conclusivo” e seu propósito é “registrar o objetivo da proposta de intervenção”.

Solicitamos, por gentileza, que ações voltadas à implementação desta proposição sejam informadas à Coordenação Local do Profiap, por meio do endereço rprofiap@mail.uft.edu.br.

Palmas, TO 08 de junho e 2024.

Registro de recebimento
